



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 225ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 518/77, Veto aposto ao Projeto de Lei no. 119/76, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo retificar e revestir a estrada que liga os Municípios de GUARACI, SANTA FÉ, FLÓRIDA, ATALAIA e NOVA ESPERANÇA. Parecer Favorável da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

OFÍCIO No. 518/77

Curitiba, 28 de setembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício no. 78/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III e na conformidade do disposto no § 1o., do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei no. 119/76, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo, autorizar o Poder Executivo a retificar e revestir com pavimentação asfáltica a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame é decorrência de pronunciamento expandido pelo setor competente da Secretaria de Estado dos Transportes, o qual esclarece:

“Com referência ao Projeto de Lei no. 119/76, cumpramos esclarecer que se trata de providência desnecessária, uma vez que a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança, já está incluída no Programa Rodoviário do Governo, com o seguinte andamento: o trecho Nova Esperança - Atalaia - Flórida está com sua terraplanagem e pavimentação já contratada e o trecho Guaraci - Santa Fé - Flórida está sendo objeto de licitação para fins de terraplanagem e pavimentação com sessão da abertura em 22 de agosto próximo passado”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR.

— Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 519/77, Veto aposto ao Projeto de Lei no. 07/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a contagem de tempo prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. Parecer Favorável da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

OFÍCIO No. 181/77

Curitiba, 28 de setembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício no. 82/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei no. 07/77, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “Observados os critérios previstos na Lei Federal no. 6226, de 14 de julho de 1975, será computado para fins de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória dos funcionários públicos civis de órgãos da administração estadual direta e das autarquias estaduais, o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei no. 3807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente”.

O não acolhimento ao plano de lei em questão decorre de sua inconstitucionalidade ante as disposições do artigo 25, § 19, letra “c”, combinadas com as do “caput” ao artigo 35, ambas da Constituição Estadual, as quais conferem ao Governador do Estado a competência exclusiva para iniciativa de leis que disponham sobre o regime jurídico e vantagens dos servidores públicos, ou que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados, não deve significar que a Administração seja contrária à contagem recíproca de tempo de serviço público e de serviço privado. Ocorre, e é bom lembrar, que essa reciprocidade não se concretiza unilateralmente pela só legislação estadual, eis que, necessário seria que também o Instituto Nacional de Previdência contasse o tempo de serviço prestado ao Estado. Este entendimento deve constituir o ponto básico da questão, sob pena de estabelecer-se, exclusivamente para o Estado, um pesado ônus, com resultados de certa forma danosos à Administração Estadual.

Ademais, merece destacar o fato de que a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, sempre atenta ao problema, tem desenvolvido gestões junto aos órgãos federais, especialmente o Instituto Nacional de Previdência e Departamento Administra-

tivo do Serviço Público, no sentido de ser encontrada solução plenamente adequada, em que haja, efetivamente, reciprocidade de contagem de tempo de serviço, não ficando o Estado, unilateralmente, com o encargo de contar o tempo prestado ao setor privado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

— Rejeitado o veto, e mantido o veto.

O SR. MAURICIO FRUET — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, para uma declaração de voto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. A Presidência encaminhará a votação de forma inversa, na verificação de votação.

Apelo aos eminentes Srs. Deputados que tomem seus lugares para possibilitar a conferência de votos.

Em votação a Proposição no. 519/77. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, permaneçam como estão.

A Presidência esclarece que está colocando de forma inversa, já em fase de verificação de votação. (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam o projeto; 10 Srs. Deputados rejeitam o projeto. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como declaração de voto desejo expressar a profunda tristeza de milhares de funcionários públicos paranaenses que se viram frustrados com a atitude do Chefe do Executivo, que vetou imperativamente o Projeto de Lei no. 07/77, dispondo sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita ao eminente Deputado Gabriel Manoel, e informa que o eminente Deputado Maurício Fruet está com a palavra, pela ordem, e S. Exa. poderá fazê-lo tanto da tribuna, como do plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Está explicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — É uma inovação do Plenário, mas regimental.

O SR. MAURÍCIO FRUET — O que se aprovou nesta Casa nada mais é que um direito assegurado a todos os funcionários públicos federais por determinação do Exmo. Sr. Presidente da República e que já está sendo adotado em nada menos que dezessete Estados da nossa Federação. Procurando justificar sua atitude, diz o Sr. Governador, em certa altura de seu expediente, na defesa de seu ato "que o veto apostado é em razão dos imperativos constitucionais, e não deve significar que a Administração seja contrária à contagem recíproca de tempo de serviço público e de serviço privado. Ocorre, e é bom lembrar, que essa reciprocidade não se concretiza unilateralmente, pela só legislação estadual, eis que, necessário seria que também o Instituto Nacional de Previdência contasse o tempo de serviço prestado ao Estado. Este ponto deve constituir o ponto básico da questão, sob pena de estabelecer-se, exclusivamente para o Estado, um pesado ônus, com resultados de certa forma danosos à Administração Estadual".

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e isto fica claro pela simples leitura do Ofício 181, de 28 de setembro do

corrente ano, do Sr. Governador do Estado, que o veto se deu mais por despreparo, mais por insensibilidade, mais por desrespeito à pessoa do funcionário do Estado, do que por questão meramente técnica ou de ordem constitucional.

Ora, como se pode compreender seja implantado o instituto de contagem recíproca, sem que haja legislação anterior que a autoriza? Como se pode estabelecer com o Instituto Nacional de Previdência um convênio e conseqüentes normas para a contagem recíproca, sem que haja o instrumento legal e adequado para tal fim?

Dá a minha surpresa e o meu espanto das razões do veto, o qual, não temos a menor dúvida vem atingir, e atinge violentamente, os sagrados direitos de um enorme contingente de servidores públicos deste Estado.

O que nesta oportunidade, digo, não é mero e simples jogo de palavras. É uma dura e cruel realidade, pois o funcionalismo público estadual terá que, mais uma vez, enfrentar, graças aos caprichos pessoais do Sr. Governador, mais esta vicissitude.

E exatamente em função deste melindre, deste capricho, vê-se novamente, a classe dos funcionários públicos estaduais, tolhidos de um benefício realmente valioso, a cujo acervo de serviço público não pode, incompreensivelmente, incorporar.

Por outro lado, se o Sr. Governador falou que a Administração não era contrária à medida, esqueceu de dizer, ao analisar a matéria sob o aspecto constitucional, que sua sanção sanaria qualquer defeito de jurisdição.

Enfim, o nosso protesto pela forma com que, novamente, se prejudicam milhares de cidadãos que com seu trabalho, esforço e sacrifício, são os responsáveis por boa parte do progresso e do desenvolvimento do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Só desejaria saber,

Sr. Presidente, se o nobre Deputado Maurício Fruet falou pela ordem ou em declaração de voto?

O SR. PRESIDENTE — Sua Excelência falou, em declaração de voto, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, Sr. Presidente. Foi apenas para nos inteirarmos, já que é a primeira vez que isso ocorre.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) É regimental, apenas, ao invés de fazê-lo de sua cadeira. S. Exa. preferiu fazê-lo da tribuna.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 226ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977.

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Nelson Buffara (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu solicitei verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). A Presidência lamenta. Todavia, regimentalmente, desde que a Ata não tenha sofrido qualquer reparo, automaticamente, deu a mesma como aprovada, sem necessidade de colocá-la...

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal para constatação de quorum.

Responderam a chamada nominal vinte e nove Srs. Deputados.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei no. 124/77, oriundo da Mensagem Governamental no. 107/77, que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer que, ouvido o Plenário, se registre voto de solidariedade desta Assembléia Legislativa aos trabalhadores brasileiros que hoje estão empenhados em conseguir pacificamente a REPOSIÇÃO SALARIAL que lhes é devida, em virtude da defasagem provocada em sua remuneração pela fraude comprovada na fixação do índice de inflação do ano de 1973.

Que a solidariedade desse Poder a essa causa, depois de formalizada pela aprovação do Plenário, seja comunicada às entidades sindicais de âmbito nacional, bem como aos sindicatos e federações de trabalhadores do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Revista RUMO PARANAENSE, mais uma vez, agora em sua última edição, embuída como sempre, de sentimentos e finalidades paranistas, presta homenagem a uma das mais aplaudidas figuras do mundo das letras e da cultura que o nosso Estado produziu, o ilustre conterrâneo Rodrigo Júnior.

É, assim, merecedora do respeito e da admiração da Casa, atitude que adota aquela publicação, razão porque o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer em forma regimental, a consagração de voto de louvor à Revista RUMO PARANAENSE, pela publicação da reportagem sobre o conterrâneo Rodrigo Júnior.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, requer o envio de apelo ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior e ao Exmo. Sr. Osiris Stenghel Guimarães, Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Rodoviário atual a continuação da pavimentação asfáltica a partir do Município de Amporã até Santa Cruz do Monte Castelo, passando pelos Municípios de Planaltina, do Paraná e Santa Izabel do Ivaí.

A justificativa do presente apelo acha-se consubstanciada no documento que anexo ao presente e que é subscrita por autoridades e líderes daquela região.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1977.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, no sentido de saber se o convênio PROSAFRA com o Município de Corbélia já foi liberado e se não o foi, dar as razões que impedem a sua liberação.

Acrescente-se que o presente pedido resulta do que ficou assentado quando da presença do Sr. Secretário na Casa, que se colocou à disposição para prestar as informações que fossem desejadas pelos Deputados sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer uma vez ouvido o Plenário, que seja reservado o espaço de tempo atinente à hora do Grande Expediente, da sessão de quarta-feira próxima, dia 16 do corrente, para que o Secretário da Administração, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, faça em plenário, uma exposição sobre as reformas que serão executadas no Centro Cívico, atendendo a convocação desta Casa.

Sala das Sessões em 10 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Câmara Municipal de Curitiba, na data de ontem, em sessão solene, procedeu a entrega do título de "Cidadão Honorário de Curitiba", ao eminente conterrâneo, Dr. Mauri Rodrigues da Cruz, o qual anteriormente já merecera desta Assembléia e do Poder Público Estadual a concessão de título honorífico assemelhado.

A atitude anterior desta Casa reconheceu seus méritos, como educador e orientador e, mormente, como abnegada alma que se tem entregado à prática do espiritualismo e ao exercício da caridade e da benemerência, reconhecimento ontem oficializado pela cidade de Curitiba.

O fato merece o registro que se possa proceder, razão pela qual os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem na forma regimental a consagração nos Anais da Casa de efusivos votos de congratulações com:

a). O Dr. MAURI RODRIGUES DA CRUZ, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Curitiba;

b). A Câmara Municipal de Curitiba pela justiça da outorga deste título;

c). O Sr. Manoel Cursino Dias Paredes, ex-Vereador da Capital e autor do projeto de lei gerador da concessão.

Outrossim, requerem ainda que, por inteiro teor deste expediente, dê-se ciência da decisão ao Dr. Mauri Rodrigues da Cruz, à Câmara Municipal de Curitiba e ao Sr. Manoel Cursino Dias Paredes.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) ENÉAS FARIA e ACCIOLY NETO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 159/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) ERUNDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de nossa Capital, dentro das finalidades estatutárias, que vem a ser o de preservar a flora e a fauna.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais, para que o Poder Público possa considerá-la de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, nobres Pares.

A nossa pretensão que consta do requerimento que estamos encaminhando à Mesa, é no sentido de que uma velha, uma antiga aspiração da cidade de Paranaguá, torne-se realidade.

Em Curitiba, está situada a 2a. Delegacia Regional da Receita Estadual, que congrega todos os Municípios da Região Metropolitana e do rico litoral. Sabem os Srs. Deputados que Paranaguá, por ser porto exportador, arrecada 75 por cento da renda total de todos os municípios; e, em razão dessa fabulosa arrecadação, Paranaguá advoga, de há muito, a causa de ver instalada em sua cidade, a 2a. Delegacia Regional da Receita Estadual. Hoje, ela se encontra em Curitiba. Os argumentos que nós encontramos e, entendemos serem justos, constam do nosso requerimento, assim redigido: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de veemente apelo ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Prosdócimo, DD, Secretário de Finanças do Estado, no sentido de determinar que a 2a. Delegacia Regional da Receita Estadual passe a ter sua sede no Município de Paranaguá.

JUSTIFICATIVA:

A 2a. Delegacia Regional da Receita Estadual, na atualidade, tem sua sede em Curitiba. Sua competência fisco-arrecadadora abrange os municípios da Região Metropolitana e o litoral paranaense. É inegável a importância do Porto de Paranaguá, como fonte arrecadadora do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, sendo facilmente compreensível que, pelo volume de operações e pelo vulto da arrecadação, os problemas constatados em Paranaguá são bem maiores do que os ocorridos nas demais cidades sob a jurisdição da referida Delegacia. Nada mais justo então, para o dinamismo de um funcionamento mais atuante, que a sede da Delegacia se situe onde o movimento maior se configura. Nestas condições, o apelo é oportuno,

traduzindo reivindicação antiga de Paranaguá, e o seu atendimento representará deliberação elogiável, por proporcionar soluções mais rápidas aos interesses do erário público e dos contribuintes, razão porque deve merecer o apoio da Casa e o atendimento por parte do ilustre Secretário de Estado a quem é dirigido.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

Era só, S. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Tive ocasião de abordar, desta tribuna parlamentar, a realização da IV Conferência Nacional das Classes Produtoras, a IV CONCLAP. Salientei, na ocasião, a expectativa com que a opinião nacional aguardava o importante encontro do empresariado, marcado para o Rio de Janeiro.

Pois bem, a CONCLAP acaba de ser realizada, reunindo suas conclusões, porque avalia com seriedade uma série de problemas básicos da sociedade brasileira neste final de década.

A conclusão principal: "A Economia de mercado é o melhor meio de se atingir com liberdade, o amplo desenvolvimento econômico, social e político, ensejando a realização plena da potencialidade e criatividade individuais".

Ao lado dessa definição clara em favor da livre empresa, a CONCLAP pregou outra tese para nós paranaenses - a descentralização econômica.

Também para os paranaenses é importante outra afirmativa dos empresários reunidos durante uma semana no Rio: "A crise do petróleo veio acentuar a enorme importância que assume o desenvolvimento agrícola no atual estágio da economia brasileira".

Também a indústria e o comércio foram vistos na série de conclusões. Sobre a atividade comercial assim se pronunciaram os empresários de todo o Brasil: "O comércio sofre de carência de fontes de recursos adequados para investimento, sendo particularmente sensível às variações de políticas econômicas de curto prazo".

Outras conclusões corajosas foram colocadas: a de que o planejamento tem sido conduzido de forma fechada e muitas vezes incoerente, tornando-se necessário ampliar as fontes de consulta aos segmentos da sociedade afetados por decisões tomadas dentro dos gabinetes. A de que é preciso maior estabilidade no cumprimento de programas governamentais, para que a coletividade não sofra com alterações bruscas de políticas econômicas.

Senhores, tais observações são importantes, porque se não defendemos o primado do econômico sobre o político, achamos que o conjunto dos interesses sociais, econômicos e políticos é que constitui a base dos objetivos nacionais. Uma importante área do pensamento brasileiro - empresariado - está pedindo correções, dentro de um espírito construtivo e deve ser ouvida pelos governantes.

A Carta do Rio de Janeiro, aprovada pela CONCLAP é um documento para ser meditado por todos nós que desejamos o desenvolvimento harmonioso e continuado do Brasil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na terça-feira próxima passada, tivemos a satisfação de assistir a assinatura de contratos, de mais 23 contratos de terraplanagem e pavimentação, totalizando 492 km. de estradas alimentadoras. Estradas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vieram novamente beneficiar a faixa do Norte Pioneiro. Não poderíamos, Sr. Presidente, deixar passar este grande evento despercebido, porque a nossa região como as outras, estão sendo altamente beneficiadas com estradas e obras de arte.

As estradas alimentadoras que são a grande esperança do povo da agricultura de nossa terra, estão sendo implantadas em todo o Paraná indistintamente.

E vejamos, Senhores, o trecho de Tomazina a Wenceslau Braz, as duas cidades representadas pelo Deputado Aguinaldo Pereira Lima e pelo Deputado que vos fala, foram beneficiadas. As cidades de Ribeirão do Pinhal a Santa Amélia; Abatiá e Bandeirantes, também Bandeirantes representada pelo ilustre Deputado Fuad Nacli; Ribeirão do Pinhal por outros Deputados; e Abatiá também por este humilde Deputado, foram beneficiadas.

E não é tão somente isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que poderíamos esclarecer sobre o problema das estradas alimentadoras, as chamadas estradas vicinais, que carregam para a grande rodovia a mercadoria paranaense ao Porto de Paranaguá.

É apenas, Sr. Presidente, para um esclarecimento, sobre o problema da chamada "casca de ovo". Porque assim, Sr. Presidente, não poderia ser de outra maneira, a não vímos aqui trazer o testemunho de um homem abalizado, representando o BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento. E a declaração, Sr. Presidente, de um dos homens responsáveis pela técnica rodoviária e pelo dinheiro aplicado do BID nos Estados da América Latina. Dizia ele, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pela vez primeira um Estado se propõe a entregar as estradas com antecedência. E é isso que se propôs o grande Governador Jayme Canet Júnior, com sua equipe de trabalho, de entregar as estradas alimentadoras, as estradas vicinais, dentro do prazo, com antecedência pelo menos, de dez meses de antecedência do exigido do Banco que financiou as estradas para o nosso Estado. E é neste instante que queremos ler a declaração do Sr. Branimir Lobo.

"As rodovias de baixo custo, são aceitáveis em qualquer lugar do mundo, e o programa das estradas alimentadoras do Paraná, foi objeto, de apurados estudos por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento antes da aprovação do financiamento", (que aplica este dinheiro em dia certo e na hora certa e no momento exato.)

Antes da aprovação deste financiamento, estas estradas foram estudadas com rigor. E é por isso, que este dinheiro veio para o Paraná, para ser aplicado em benefício do nosso povo.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não podemos tolerar mais demagogias da Oposição, quando falam que nossas estradas não servem, quando falam de nossas estradas, fazendo um pré-julgamento.

E o Sr. Branimir Lobo continua:

"Logo após a solenidade de assinatura dos 23 novos contratos entre o governo paranaense e as empresas vencedoras das concorrências para a construção de mais de 492 km de rodovias, ontem à tarde, no Palácio Iguaçu.

O técnico daquele organismo internacional, que acompanhou em Curitiba o chefe do escritório para o Brasil, William Ellis disse ainda, referindo-se à qualidade das estradas em implantação, que esta técnica, foi submetida ao Instituto especializado da Faculdade de Engenharia de São Carlos, em São Paulo, cujo Parecer favorável foi acolhido inteiramente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento".

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e Imprensa do meu Paraná; Povo do meu Norte Pioneiro, é por isso que nós temos aqui o testemunho dos homens abalizados, onde este dinheiro está sendo aplicado, e este dinheiro há de reverter em benefício de nossa terra e de nossa gente. E é por isso que dizemos em alto e bom som: — As estradas alimentadoras são da melhor qualidade, queira ou não queiram, os nossos companheiros da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Pausa). — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. — (Declina).

Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A escassez do tempo do Pequeno Expediente não me permitirá maiores considerações. Por isso, procedo simplesmente à leitura do requerimento que trago à consideração da Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

A vida das cidades, em seus aspectos básicos, deve estar diretamente vinculada ao Poder Público Municipal, o que, entretanto, não exige esta Casa de análises e posicionamentos quanto a determinados fatos que se verificam, incidindo sobre as comunidades, carregando-lhes problemas, cujos equacionamentos podem, talvez, transcender aos limites da administração municipal, ou quando tais fatos são gerados pelas próprias administrações dos municípios. Mormente nos casos onde é limitada a autonomia do município, onde é minimizada a vontade e a decisão populares, como é a situação de Curitiba, Capital do Estado.

Há alguns dias, todo o bairro do Boqueirão em Curitiba, teve o serviço de transporte coletivo que o atende, modificado, passando a ser, ali, utilizado o sistema de "Ônibus Expresso". Embora, a inauguração oficial esteja prevista para data ainda à frente, integrando o ato, o elenco de solenidades a serem comandadas pelo Sr. Presidente da República, em visita que se anuncia, já se entregou o novo serviço à população lá residente.

Ocorre que, a par da inovação em si, que será avaliada ao longo do tempo, um estranhável fato ocorreu, está ocorrendo e se providências não foram adotadas continuará a ocorrer.

Desnecessário seria aqui detalhar ou até mesmo mencionar as dificuldades, sempre crescentes, de ordem financeira, que se abate sobre o povo, principalmente para as parcelas populacionais, cada vez maiores, de insuficiente renda.

Identicamente, seria desnecessário relembra que de algum tempo até hoje, é o governo, através de seus vários órgãos e em todos os níveis, o maior e o grande apropriador dos recursos populares, quer pelo desmedido crescimento da carga tributária até ao voluptuoso avanço nos preços e custos dos serviços que presta, quer pelo congelamento salarial que impõe, retirando, a cada momento, parcelas significativas do poder aquisitivo do povo.

Não bastasse isso, somado a outros fatores, para tornar a existência da grande maioria, sacrificial, angustiante, insuportável ainda, estaria concorrendo a administração municipal de Curitiba, com inexplicável atitude, para agravar a situação.

Antes de se iniciar o transporte coletivo, no Bairro do Boqueirão, por meio dos chamados "ônibus expressos", aquela área da cidade era atendida por 8 (oito) linhas de ônibus que cruzavam-no em todos os sentidos, o que vale dizer, o USUÁRIO UTILIZAVA UM ÚNICO COLETIVO QUE O TRANSPORTAVA DAS PROXIMIDADES DE SUA RESIDÊNCIA OU SEU LOCAL DE TRABALHO ATÉ O CENTRO DA CIDADE. Para tanto a empresa permissionária que explora o serviço mantinha as seguintes "Linhas", com as respectivas tarifas:

1 — JARDIM PARANAENSE - Via Boqueirão	Cr\$ 1,50
2 — JARDIM PARANAENSE - Via Xaxim	Cr\$ 1,50
3 — BOQUEIRÃO	Cr\$ 1,80
4 — SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Cr\$ 1,50
5 — NIVALDO BRAGA	Cr\$ 1,50
6 — BOM JESUS DE IGUAPE	Cr\$ 1,80
7 — TAPAJÓS	Cr\$ 1,50
8 — ITAMARATI	Cr\$ 1,50

Colocada em prática a inovação, tais linhas passaram a ser "alimentadoras" do "expresso" isto é, ao invés de conduzir o usuário ao centro da cidade, o conduz aos terminais captadores do "ônibus expresso", de onde, então, será transportado para

a área central da cidade.

Não se quer, agora, entrar no mérito da medida adotada, nem contestar-lhe o possível acerto.

Verifica-se, todavia, que um fato ocorreu: reduzido para "alimentadoras" aquelas antigas linhas, HOJE COM ROTEIROS CONSIDERAVELMENTE ENCURTADOS, passaram a nada cobrar, sendo o preço de tais serviços incluídos na tarifa do "expresso". Essa tarifa é única, e fixada em Cr\$ 2,00.

O que aconteceu?

Estranhavelmente, o mesmo transporte, agora com os inconvenientes de uma baldeação, antes realizado ao preço de Cr\$ 1,50, em seis de suas linhas, e de Cr\$ 1,80, em duas outras, passou a custar mais caro.

Impõe-se uma análise mais séria da questão, da qual resultarão dois aspectos de profunda gravidade.

Um deles: Assim se procede sem o devido respaldo e sem a necessária autorização do Conselho Interministerial de Preços, pois, em verdade, por expedientes transversos, o que se verificou foi a majoração da tarifa.

Parece ser indispensável para legalizar aumentos nas tarifas de transportes coletivos para a majoração seja, previamente, aprovada e autorizada pelo CIP, procedimento que tem sido habitual, e tanto o é, que novos estudos já se concluíram, em Curitiba, e aguardam aprovação para um próximo aumento, em torno da média de 30 por cento.

O outro: Podem, à primeira vista, parecer insignificantes as diferenças de frações de cruzeiros entre a atual tarifa e as anteriores. Porém, considerando o fato na economia global da população daquele bairro, as cifras se tornam vultuosas. Calculando:

a) A tarifa média anterior das 8 linhas era de Cr\$ 1,575, sendo a diferença para a atual tarifa de Cr\$ 0,425;

b) Dados da própria Prefeitura informam (que cerca de 70.000 PASSAGEIROS, são transportados, POR DIA, na área, pelo "expresso". Ora, multiplicado esse número pela fração aumentada da tarifa se terá que, só a diferença cobrada a mais, chega em torno de Cr\$ 29.750,00 diários;

c) Nos 30 dias do mês, a diferença atingirá aproximadamente, Cr\$ 892.500,00 mensais!

Todavia, se tem como certo para dentro dos próximos 60 dias, a aprovação e autorização do CIP, e a concessão, pela Prefeitura, de aumento geral de tarifas dos transportes coletivos, em Curitiba.

Tal majoração, segundo se propala, pelos estudos realizados, deverá ficar em torno de 30 por cento, em média, sobre as atuais tarifas. Ora, tal aumento, no caso do "Expresso Boqueirão", se dará, certamente, sobre a tarifa hoje cobrada que é de Cr\$ 2,00.

Portanto, o cálculo da diferença, sutilmente imposta para aquele bairro, deve ser projetado nessas novas bases. Assim (em número aproximados):

a) a tarifa média anterior com o futuro aumento do CIP, ficaria em Cr\$ 2,0475;

b) a diferença entre essa tarifa média anterior e a atual com o aumento (Cr\$ 2,60) será de Cr\$ 0,5525;

c) em um dia (70.000 passageiros) o total da diferença será de Cr\$ 38.675,00;

d) ao cabo de um mês (30 dias), esse total atingirá a Cr\$ 1.160.250,00;

e) e, estarrecedoramente, se chegará a conclusão matemática que, ao longo de 12 meses, a diferença, portanto anual, orçará a vultuosa soma de Cr\$ 13.923.000,00!

O populoso bairro do Boqueirão abriga uma comunidade digna, obreira, decente, porém não constituída de milionários que se podem dar ao luxo de ver, estranhavelmente, retirado por um artifício, cerca de 14 milhões de cruzeiros anuais de seus orçamentos domésticos.

A realidade é que o aumento, na diferença verificada, não

foi aprovado e nem autorizado pelo CIP. Simplesmente, e então, de forma irregular, concedido pela Prefeitura de Curitiba.

Retirar-se-á de uma população que vive, em grande maioria, com dificuldades para equilibrar suas economias, cerca de 14 milhões de cruzeiros em um ano, e dar-se-á, inexplicavelmente, tal e vultuosa soma, graciosa e despidoradamente, a uma empresa particular!

Cabe à Prefeitura Municipal de Curitiba corrigir, e urgentemente, tal disparate. Ou explicar, à luz da legislação vigente, das normas pertinentes ao assunto, e da moral, a concessão que outorgou.

É a razão pela qual, valendo como denúncia do fato ou oportunidade para explicação, que o Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, se encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, por inteiro teor deste requerimento, solicitando e encarecendo que sejam prestadas as seguintes informações:

1 — Não tendo havido a imprescindível, necessária e habitual autorização ou aprovação do Conselho Interministerial de Preços, para a majoração, extemporânea e sutilmente implantada, em que se baseou a Prefeitura Municipal de Curitiba para conceder o aumento verificado na tarifa de transporte coletivo na área do Boqueirão?

2 — Seria ou é legal essa majoração? Quais os fundamentos?

3 — Sabendo-se, e isto é real e verdadeiro, que a remuneração do capital é, entre outros componentes, item integrante da fórmula para cálculo tarifário, qual a razão pela qual a empresa permissionária dos serviços de transporte coletivo na citada área, se viu aquinhoadada e recebe, graciosa e inexplicavelmente para o seu patrimônio particular, diante do fato exposto e verificado, a aduacão da parcela majorada que, na atualidade, representa cerca de 900 mil cruzeiros mensais, ou ainda, a se considerar o aumento geral em vias de ser concedido, o montante anual de, aproximadamente, 14 milhões de cruzeiros?

4 — Conhecido o fato, e a sua possível ilegalidade, e acima de tudo, sabendo-se agora, confirmada a irregularidade, o esbulho que estaria a se praticar contra considerável parcela da população de Curitiba, em favor de uma empresa particular, quais as providências que adotará a Prefeitura Municipal para corrigir a distorção e para ressarcir o que até lá for feito?

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor deste expediente ao Conselho Interministerial de Preços.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977."

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, fizemos desta tribuna, afirmações com relação ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do nosso Estado. Hoje tivemos a satisfação de ver, nas páginas de jornais, a confirmação da defesa que fizemos ontem, dos técnicos paranaenses, dos técnicos funcionários públicos que, com pequenos salários, enobrecem o nosso Estado.

Eis os números: um total de 4 milhões e 660 mil doses de vacinas foram entregues à Central de Medicamentos (CEME) pelo Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica (IBPT), neste ano, para distribuição em todo o País durante a Campanha Nacional de Profilaxia da Raiva Canina Urbana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes dados são altamente reveladores da capacidade de nossos técnicos.

As 4 milhões e 660 mil doses de vacinas utilizadas na Campanha Nacional de Profilaxia da Raiva Urbana Canina, foram produzidas no Paraná pelo IBPT, em seu biotério modelo, instalado na Granja Maria Luíza, em Araucária. A Central de Medicamentos adquire a produção e as distribui, mediante convênio às Secretarias de Saúde de todos os Estados para o desen-

volvimento de combate à raiva canina.

Nossos técnicos produzem essas vacinas, anonimamente, achando soluções para os problemas brasileiros.

É oportuno nesta Casa, neste dia, quando as primeiras doses das vacinas contra a brucelose bovina saem do IBPT, quando a primeira partida de vacina está sendo entregue aos laboratórios do Rio Grande do Sul para o teste final, é muito importante que os políticos desta terra, que os Deputados deste Estado, dêem um crédito de confiança a seus funcionários públicos, e prestem atenção especial ao boicote que está sendo adotado pela Secretaria da Agricultura contra o IBPT, pois aquela Secretaria que iniciou a campanha contra a brucelose está boicotando o IBPT de tal maneira que — como já afirmamos na tarde de ontem — que as multinacionais irão abocanhar um mercado vastíssimo em nosso Estado em prejuízo de nossa tecnologia, em prejuízo de nossos técnicos.

Por isso, neste momento, fica o alerta aos Srs. Deputados, em especial aos da ARENA, para que evitem, novamente, que uma repartição pública de nosso Estado venha, novamente, ser vítima de outra repartição, por vaidade pessoal, por interesses pessoais talvez até inconfessáveis dando um mercado fabuloso, às famigeradas multinacionais.

Registro com satisfação de paranaense, o meu reconhecimento aos técnicos do Instituto de Biologia que conseguem monopolizar, em todo o País um tipo determinado de vacina. E espero que haja compreensão dos homens do Governo no sentido de apoiarem os técnicos de nosso Estado e no sentido de que não vejam mais o funcionário público como um algoz, que não vejam mais o funcionário público meramente como um objeto e que lembrem que é este funcionário que tem feito com que este Estado tenha atravessado as maiores crises sempre progredindo. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito embora passemos a tratar de matéria da qual esta Assembléia não é competente para deliberar, trata-se, entretanto, de assunto pertinente aos interesses mais amplos desta Casa e que, inclusive, em data de ontem, foram de passagem aqui focalizados.

De há muito que se estabeleceu em nosso País, e mais precisamente, desde 13 de setembro de 1966, a derrogação do instituto da estabilidade na Consolidação das Leis do Trabalho com o advento da Lei número 5.107, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Não pretendemos nos opor ao que de benefício possa trazer a Lei do Fundo de Garantia. Mas, desejamos registrar que ela também não é como, por exemplo, neste último número da revista "Interior" a descreve numa caricatura, "uma rede na qual, à sombra dos coqueirais, o nosso bóia-fria possa se embalar".

Em verdade hoje, parece mais importante para o Governo e, principalmente, para o BNH, a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do que o Homem, o trabalhador brasileiro. É matéria polêmica, portanto, embora já aprovada em primeiro turno, encontra-se na Câmara dos Deputados e deverá ser submetida ao Senado da República um Projeto de Lei de número 538.A, de 1975, de autoria do Sr. Odacir Klein, que visa justamente alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, para reintroduzir nela este instituto.

A esse respeito, inclusive recentemente, tem havido manifestações das classes interessadas, notadamente das que se opõem ao projeto.

Porisso, dissemos que entendemos pertinente que, uma casa que representa a totalidade do povo do seu Estado, como em ocasiões anteriores se manifeste sobre matéria de tamanha importância.

Em razão disto, oferecemos à deliberação do Plenário, o requerimento que passaremos a ler: (Lê):

"Senhor Presidente.

Há um projeto de lei em curso pela Câmara dos Deputados que vem provocando uma tomada de posição das classes representativas de todo o País, e, por consequência, abrindo debate amplo sobre a matéria.

Trata-se de uma revisão da legislação trabalhista que ensinaria o retorno do instituto da estabilidade àquele diploma legal.

No Paraná, a matéria tem sido alvo de apreciações que se antagonizam em relação ao problema.

Sem dúvida alguma, um dos maiores obstáculos com que se defrontam os regimes econômicos liberais recai no ajustamento do trabalhador à empresa.

Se é inegável que a instabilidade da empresa gera a insegurança do trabalhador, não é menos verdadeira a afirmativa de que a falta de garantia no emprego traz o trabalhador em constantes sobressaltos, desumaniza o trabalho, tornando-o irracional e irresponsável.

O Brasil atingiu, em pouco tempo, com a sua legislação trabalhista, uma posição avançada, reconhecida mundialmente como tal, pelo elevado cunho social e econômico de sua legislação trabalhista.

A estabilidade do empregado aos dez anos de emprego nunca gerou preocupação.

O preceito constitucional funcionava normalmente e emanava do artigo 157, XII, da Carta de 1946:

"A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores: (...)

XII — estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir."

Traduziu-se em preceito constitucional uma das grandes conquistas dos trabalhadores no curso da história da humanidade.

Não se tem notícia de que alguma Nação avançasse tanto quanto o Brasil, nesse importante setor do campo da Justiça Social.

Tanto assim é que o regime da estabilidade, tal como foi instituído pela legislação brasileira, passou a ser copiado e adotado por outros países.

O renomado mestre paranaense, Dr. João Régis Teixeira, externando sua opinião ("O Estado do Paraná", 20/9/77), defende a estabilidade do trabalhador no emprego.

"Toda dispensa deverá ter um motivo", afirma o mestre, que assim conclui:

"O regime instituído pelo FGTS foi, sem dúvida alguma, um dos maiores progressos do governo revolucionário, sendo muito importante o depósito para um fundo de garantia das indenizações. Evitam-se assim, hoje como ontem, os problemas dos empresários que não podem arcar com os ônus trabalhistas". "Entretanto — ressaltou — em nossa opinião, o pior do Fundo de Garantia é, justamente, acabar com o sistema de estabilidade aos dez anos de serviço, através do qual o empregador não poderá dispensar o empregado sem justa causa. O Fundo de Garantia, em si, econômica e socialmente é uma grande idéia. O mal, o grande mal, é justamente a falta de estabilidade que causa o desemprego senil."

"O Fundo de Garantia, com estabilidade, seria em efetivo, O IDEAL. Mas, sempre deixando patente que o empregador é apenas parte de um contexto social; assim, a dispensa deve ser motivada. Não só com justa causa, mas, acima de tudo, socialmente pensada."

É de se notar, entretanto, que a atual Constituição Brasileira, avançou ainda mais que a de 1946, nesse campo, ao preceituar, no inciso XIII, do seu artigo 165, que fica assegurado aos trabalhadores a "ESTABILIDADE, com indenização ao tra-

balhador despedido ou fundo de garantia equivalente”.

Como bem observa o autor do projeto de lei número 538-A, de 1975, Deputado Odacir Klein, na ampla e judiciosa justificação, citando o consagrado tratadista da matéria, Mozart Victor Russomano, —

“O sistema brasileiro de estabilidade do trabalhador no emprego sempre foi objeto de duras críticas, notadamente de parte dos empresários, que se sentiam limitados no exercício do poder histórico de livre decisão sobre a permanência do trabalhador na empresa.”

A Justiça Trabalhista Brasileira, segundo noticiário recentíssimo (“Folha de Londrina”, 27/10/77), tem se orientado no sentido de que o texto constitucional prevaleça sobre as disposições da legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que deverá adaptar-se à Constituição ou ser interpretada de forma conjugada com os seus mandamentos. Trata-se de uma decisão da Juíza Amélia Valadão Lopes, da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio, com suporte no citado item XIII, do artigo 165 da C.F.:

“Demitido sem justa causa às vésperas do dissídio coletivo deste ano, em junho de 1977, o bancário Paulo Sisoy Waldeck, optante pelo FGTS e com 4 anos de trabalho no Banco Nacional Brasileiro de Investimento, recebeu uma indenização correspondente ao valor depositado em sua conta vinculada.

A ação reclamationária impetrada pelo advogado Rômulo Chicarino pedia que fosse paga ao bancário a diferença entre o valor que lhe seria devido a título de indenização e aquele recebido através do levantamento dos depósitos do FGTS, tendo como fundamento dispositivo constitucional.”

“Ao julgar procedente a tese defendida pelo advogado, a juíza Amélia Valadão Lopes mandou que fosse pago a Paulo Sisoy Waldeck a importância de Cr\$ 7.429,00, correspondente à diferença entre o cálculo da indenização feita pelo FGTS e o valor que teria direito pelo regime da CLT.”

O Projeto de Lei do Sr. Odacir Klein nada mais pretende do que por termo à existência de disposições conflitantes sobre a matéria, dando redação concernente aos artigos 492 e 497, este sendo acrescido de um parágrafo, da CLT, que passariam a dispor desta forma:

a) o artigo 492, “CAPUT”: “O empregado que contar mais de 10 anos de serviço na mesma empresa não poderia ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas, mesmo que haja optado pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei número 5.107/66”.

b) “Artigo 497 — Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

Parágrafo único — se o empregado for optante pelo fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sua indenização regular-se-á pela Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966.”

Os textos não grifados são os que vigem atualmente, ficando ressaltados os do Projeto, já aprovado em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados, após ter sido objeto das mais atentas discussões pelas Comissões onde passou, e obtendo sempre parecer favorável.

Ergue-se agora contra o enfocado Projeto uma injustificável reação, por parte de alguns órgãos empresariais, visando obstar a sua aprovação em segundo turno de votação.

Tais óbices, entretanto, flutuam ao sabor de interesses que se não afinam com os verdadeiros objetivos de concretização de uma legislação que assegure a empregados e empregadores uma Justiça Social condizente com as conquistas do Homem e com o desenvolvimento e segurança das sociedades democráticas.

Em razão do exposto, ouvido o Plenário, pede que a Assembléia Legislativa do Paraná manifeste ao Senado Federal e

à Câmara dos Deputados, em nome do Povo que representa, sua total solidariedade pela aprovação em primeiro turno do Projeto de Lei número 538-A, de 1975, de autoria do nobre Deputado Odacir Klein, razão pela qual reitera sua confiança em que o mesmo supere, também ao ser votado em segunda discussão, os óbices da desrazão, que não aceita a realidade brasileira nem reflete os anseios sócio-econômicos da mesma, alcançando a sua desejada aprovação.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.”

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar no horário reservado ao MDB, por indicação do Sr. Deputado Líder, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Conforme já foi dito aqui desta tribuna, o Sr. Governador parece haver criado uma séria área de atrito com o Poder Judiciário, quando pretendeu agraciar os seus Secretários de Estado, com o chamado aumento secreto.

Um dos conceituados jornais da nossa Capital, na segunda-feira, traz a opinião abalizada do eminente Magistrado, Dr. Nicanor de Quadros Gonçalves, sobre os efeitos gerados pelo aumento secreto.

Entende aquele jurista que a norma contida no § 40, do artigo 144, da Emenda Constitucional número 7, de 13 de abril deste ano, gerou direito adquirido a toda a Magistratura paranaense, não somente, em relação à diferença de 5 mil, 322 cruzeiros, existente desde aquela data entre os vencimentos dos Secretários de Estado e dos Desembargadores.

Como ainda, em relação aos 9 mil, 644 cruzeiros, que estão sendo devolvidos pelos beneficiados em suaves prestações mensais, sem juros e sem correção monetária; aliás, a prevalecer a tese do eminente Juiz, é de se crer que o Governo do Estado terá que pagar também aos funcionários públicos, beneficiados com a tabela de gratificação de representação, contida no Decreto número 545, de 28 de maio de 1975, o qual foi tornado insubsistente no mês seguinte ao de sua vigência.

Entendendo, Srs. Deputados, que os direitos foram gerados, aquele Decreto obrigaria o Governo a pagar ainda que, por apenas dois meses, a gratificação aos funcionários ocupantes dos cargos, a que se referia. Pois esta gratificação é indivisível como se depreende das recentes substituições dos Secretários de Estado, pelos diretores gerais, com a atribuição de 25 mil cruzeiros de gratificação mensal a estes últimos, segundo foi noticiado pela imprensa.

Há de se entender, quero crer, que quanto aos efeitos do trabalho de autoria do Dr. Zanoni Quadros Gonçalves, publicado na segunda-feira, se acatada a sua tese, não serão nada alvissareiras, ao Sr. Governador. Primeiro, ou S. Exa. reconhece a validade do ato do aumento secreto, e assume a obrigação de pagar 150 milhões de cruzeiros à Magistratura; e como segunda opção, quero crer, deixar S. Exa. de reconhecer a legitimidade do ato e fica conseqüentemente, sujeito a um pedido de “impeachment”, uma vez que seus auxiliares teriam recebido indevidamente, por ordem sua, substancial quantia a título de representação, salvo juízo superior.

Como vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, bastante incômoda a situação do Chefe do Poder Executivo, que parece, inclusive, haver transmitido a alguns dos seus seguidores, como é o caso do Sr. Prefeito de Cascavel, segundo opinião do Deputado Fidelelino Tolentino, a maneira dúbia de interpretar leis.

Ocorre que em Cascavel...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tenho a impressão que V. Exa. estabelece uma pequena confusão. Eu realmente não vejo como possa ficar o Sr. Governador em incômoda posição. Não há tanto mistério no propalado aumento ao Sr. Secretário. Entende o Governo e me parece

de inteira legitimidade que legislação própria permite que se faça o aumento da forma que fez.

Apenas o Governador deixou sem efeito tal aumento, porque ele iria implicar num acréscimo de despesas da ordem de 150 milhões de cruzeiros, importância que o Estado do Paraná, lamentavelmente nesta fase não pode arcar.

E tornou sem efeito o aumento concedido e só. Eu não vejo aonde V. Exa. pretende chegar, porque, que os Srs. Desembargadores não podem receber menos que Secretário de Estado, é fato não contestado; reconhecido, é constitucional; o Governador reconhece. Apenas o que V. Exa. talvez desconheça é que os Srs. Desembargadores recebem mais que os Srs. Secretários de Estado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Quanto à interpretação dúbia da lei, e a conceituação de gravidade ou não de crime de responsabilidade cometidos por V. Exa., é uma questão de enfoque.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Uma questão do quê?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — De enfoque. Comete-se um crime e depois se arrepende.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu queria que V. Exa. então explicasse qual é o crime porque eu realmente não vejo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — O Sr. Governador autoriza gratificação de 9.644 cruzeiros aos Srs. Secretários.

O Sr. Luiz Roberto Soares — E o fez respaldado em lei. Há lei que o autoriza.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Cometeu um ato de irresponsabilidade.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Por quê, nobre Deputado?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Porque autorizou uma importância que não deveria ter encaminhado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não deveria; não poderia. Há uma diferença. Poder, poderia, tanto que o fez, e estribado em legislação que lhe permite, perfeitamente conceder esta gratificação aos Srs. Secretários de Estado. Há legislação que o autoriza. Ele apenas tornou-o insubsistente porque isto iria implicar num ônus de 150 milhões. Apenas isso. Eu não vejo o envolvimento misterioso que V. Exa. pretende dar ao fato.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Poderia, ou não deveria? Mas é claro que nós estamos...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Deveria é um problema subjetivo; poderia é um problema objetivo. Poder, pode.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Mas o eminente líder, há de convir que nos já dissemos que S. Exa. se reconhece a gratificação ele terá que evidentemente transferir à Magistratura, 150 bilhões de cruzeiros antigos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Se fosse mantido o aumento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Tanto é que nós aqui afirmamos isso.

S. Exa. o Sr. Governador tem essa escolha, claro. Agora, por outro lado, nós entendemos também, que se S. Exa. deixa de reconhecer a legitimidade do ato, ...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Qual ato, dele?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Entendemos que fica sujeito ao "impeachment".

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. comete mais uma confusão.

Ele apenas achou inconveniente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Mas os Secretários receberam uma quantia indevida.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não era indevida, nobre Deputado. Era perfeitamente devida. Apenas o Governador considerou inconveniente a manutenção do aumento. E retrocedeu do seu ato. É um problema de conveniência administrativa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Mas eminente Deputado, ela se tornou indevida, a partir do instante em que S. Exa. o Sr. Governador entendeu que os Srs. Secretários devam devolvê-la. Ele caracterizou um ato irregular.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Evidentemente que não, porque se os Srs. Secretários não tivessem devolvido, ele teria que dar aos membros da Magistratura, durante o prazo em que os Srs. Secretários receberam. E com isso, iria também envolver também uma soma respeitável de dinheiro. Houve por bem S. Exa. o Sr. Governador, pedir aos Srs. Secretários que devolvessem ao Poder, Público, tais importâncias para que não ficasse ele obrigado a dar igual importância à magistratura, por um problema de caixa; puramente isso. Não há problema de legalidade, há problema de conveniência. Apenas isso.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Respeitável a opinião de V. Exa., é claro, mas entendemos perfeitamente que ela se tornou irregular a partir daquele instante.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa V. Exa., nobre Deputado, que está com o relógio e tem que adverti-lo que lhe restam 2 minutos para concluir o seu tempo na tribuna.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — ... concluímos informando que em Cascavel, o Sr. Prefeito, conforme informou o Sr. Deputado Tolentino, aumentou os impostos predial e territorial urbano em bases assustadoras e a Câmara Municipal, à sua revelia, promulgou a Lei número 03/77, limitando o aumento segundo índices razoáveis fornecidos pelo Ministério da Fazenda.

O Prefeito não vacilou: entrou com pedido de inconstitucionalidade da lei, e, antes mesmo do já contestado despacho que concedeu liminar para suspender a vigência daquele ato gerar qualquer efeito jurídico, vem pressionando a população de Cascavel, mediante avisos ameaçadores de multa, publicados nas primeiras páginas das edições diárias do jornal "O Paraná", de sua propriedade, deixando de obedecer o disposto na Lei Municipal número 03/77.

Ao que parece, no entendimento do Deputado Fideleino Tolentino, o dispositivo invocado pelo Prefeito, num verdadeiro "tiro pela culatra", poderá ser invocado, nos próximos dias, para um pedido de intervenção no município.

Enquanto isso tudo ocorre, os funcionários públicos estaduais continuam aguardando que suas gratificações de representação (ainda existem gratificações de Cr\$ 150,00) sejam reajustadas a que o Governo não fique girando com o seu aumento de vencimentos, conforme ocorreu no início de 1977, desde que nem ao menos vai apreciar nosso pedido de antecipação das folhas de novembro e dezembro.

Por outro lado, mais de cem mil cidadãos continuam pressionados a cumprir uma decisão judicial publicada no "órgão oficial" de propriedade do Prefeito de Cascavel e cujos efeitos poderão ser tornados nulos...

O Sr. Gabriel Manoel (Questão de ordem). — O Deputado, da tribuna, tem o dever de respeitar o horário. Já passou 5 minutos do seu tempo, com a devida vênica.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência já advertiu o Sr. Deputado, que tem mais um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — ... nulos ainda no correr desta semana, em decorrência dos julgamentos dos recursos apresentados por contribuintes de impostos e pela Câmara Municipal de Cascavel, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

Afinal, quem deve cumprir a máxima "DURA LEX SED LEX"?

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança da ARENA se deixa usar o horário regimentalmente concedido. — (Declina).

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputados Fideicino Tolentino e Valter Pietrângelo, devidamente constitucional e regimentalmente apoiada, nos seguintes termos: (Lê):

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Artigo único — O Título V — das Disposições Gerais e Transitórias — fica acrescido do seguinte dispositivo:

“Artigo 157 — É assegurado, ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a obtenção do benefício.”

Sala das Sessões, em 09/11/77.

(aa) Fideicino Tolentino e Valter Pietrângelo

Apoiamentos: Trajano Bastos, Jorge Sato, Lúcio Machado, Lineu Turra, Renato Bernardi, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Camargo, Osvaldo Macedo, José Domingos Scarpelini, Basílio Zanusso, Waldenício Barbalho, Adalberto Daros, Nilso Sguarezi, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Antônio Facci, Maurício Fruet, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Gabriel Manoel, Fuad Nacli, Muggiati Filho, Lázaro Dumont, Edilson Alencar, Jurandir Messias, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell, Dácio Leonel, Francisco Escorsin, Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivan Rüppel, Ezequias Losso e Aragão de Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual de 08 de maio de 1967, seguindo disposições contidas na Constituição Federal de 24 de janeiro daquele mesmo ano, alterou os critérios até então vigentes para a obtenção de aposentadoria, passando a exigir, como tempo necessário para a concessão desse benefício, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

Todavia, no § 1o. de seu artigo 143, deixou a seguinte ressalva:

“Art. 143 — ...

§ 1o. — O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano da data da Constituição Federal, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente naquela data, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos naquela legislação”.

Ocorre, que a data da vigência da Constituição Federal, segundo disposição expressa em seu art. 189, foi 15 de março de 1967, daí a razão da “Emenda Accioly Filho” contida no § 1o. do artigo 177, do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna de 1967 ter validade também até 15 de março de 1968.

O acréscimo de 5 (cinco) anos para a obtenção da aposentadoria, colheu diversos funcionários admitidos sob o regime anterior, de surpresa, e a nova Carta Estadual não estabeleceu qualquer critério para a contagem desse tempo, embora os mineiros, mais previdentes, já fizessem constar na Constituição de Minas Gerais a seguinte norma:

“Art. 222 — A Lei assegurará, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para obtenção do benefício”.

Essa matéria foi regulamentada somente em 13 de dezembro de 1968, através da Lei Estadual número 5.140, que estabelecia a seguinte fórmula para a elaboração do cálculo proporcional:

$$\frac{TN}{TA} = \frac{X}{TC}$$

Na qual TC — tempo de serviço do funcionário;

TA — tempo exigido pelo regime anterior.

Nesse ponto, os paulistas, através de sua Emenda Constitucional número 7, de 6 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo número 127, de 7 de julho de 1977, foram mais práticos e parecem haver encontrado a redação ideal, semelhante àquela que adotamos na presente proposição, procedidas as adaptações necessárias.

Como vemos, o dispositivo que se pretende inserir na Carta Magna de nosso Estado, não inova a legislação de nosso País, e, somente o fato de já constar das Constituições de São Paulo e Minas Gerais, Estados de grande expressão, com aplicação nesse último há mais de uma década, embora com redação diversa, já dizem da inexistência de proibição para que se fixe tal critério de contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Sobre o aspecto da privacidade de competência do Governador para iniciar o processo legislativo das proposições que disponham sobre servidores públicos, devemos ressaltar que está restrita ao âmbito das Leis Ordinárias e, a presente proposição, tratando-se de Emenda Constitucional, na forma do art. 24 da nossa Carta, pode ter seu andamento normal até promulgação pela Mesa desta Assembléia Legislativa, desde que seja iniciada com assinatura da terça parte de seus membros.

Versando sobre medida de elevado alcance para o funcionalismo público, e buscando nada mais do que fazer justiça ao servidores que ingressaram nos quadros da Administração Estadual em data anterior à Constituição que fixou novas normas para a aposentadoria, cremos que a reivindicação dessa operosa classe será acolhida nesta Casa de Leis.”

A Emenda será publicada em Avulso e no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 93/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 77/77, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para instituir, observada a Legislação pertinente, a EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER-PARANÁ, vinculada à Secretaria de Agricultura e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, C.F. e C.A.I.C., COM EMENDAS, por unanimidade. —

Antes de colocar a matéria em discussão, a Presidência anuncia que existe sobre a mesa emenda de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, com apoio regimental, que determina que se acrescente ao artigo 6o. o inciso seguinte: (Lê):

“III — O Conselho de Administração será integrado por dois Secretários de Estado, indicados pelo Governador, pelo Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná, pelo Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná e pelo Diretor da Faculdade de Agronomia da Universidade do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/11/77.

(a) Muggiati Filho.

Apoiamentos: Trajano Bastos, Antônio Facci, Waldenício Barbalho, Maurício Fruet e Hélio Manfrinato.”

Regimentalmente, no turno de 3a. discussão e votação, terão preferência sobre o projeto as emendas aprovadas no turno de 2a. discussão e votação aquelas que foram regimentalmente acolhidas, tratando-se de matéria nova.

Em discussão o Projeto de Lei número 93/77 e as emendas

apresentadas.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para ingadear à Mesa se está em votação o projeto e emendas apresentadas em 2a. discussão?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência colocara em votação, inicialmente, as emendas, uma a uma, para depois colocar o projeto em globo.

Em votação a emenda de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com apoioamento regimental, que está vazada nos seguintes termos: (Lê)

Em votação. — APROVADA.

Sub-emenda apresentada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, aprovada em 2a. discussão, que determina que o inciso I do § único do art. 6o. ... (Lê)

Em votação. — APROVADA.

Em votação a emenda apresentada na sessão de hoje, no turno de 3a. discussão e votação, assinada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho com apoioamento regimental.

OSR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora entenda a posição do nobre Deputado Muggiati Filho, cuja matéria inclusive foi objeto de discussão da sessão anterior, entendo, todavia, salvo melhor juízo, que tal emenda não é de ser acolhida pela douta Mesa em razão do que dispõe o Art. 30 da Constituição Estadual em seu § 3o., assim redigido.

“As matérias constantes do projeto de lei rejeitado, ou não sancionado, assim como a constante da proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Entendo que a proposta do nobre Deputado Muggiati Filho, de certa forma, pretende restaurar a emenda do Deputado Gabriel Manoel já rejeitada e, neste sentido, não me parece que possa ser acolhida a não ser nos termos em que a Constituição autoriza, vale dizer, com a assinatura ou proposta pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, e no caso, parece que esta hipótese não está sendo devidamente atendida.

É evidente que se a Constituição não permite que projetos de lei tidos por rejeitados não possam constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, a não ser mediante proposta pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, por maior razão as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência considera pertinente e procedente a questão de ordem do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência inclui a decisão, e em seguida lhe concede a palavra, pela ordem.

A Presidência respalda-se também no que dispõe o Art. 147, §§ 1o. e 2o. do Regimento Interno, razão pela qual acolhe a questão de ordem do eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem que V. Exa. resolveu e é matéria vencida já.

Porque V. Exa. tinha colocado a matéria em votação e

decidiu a questão de ordem.

Mas apenas para pedir a V. Exa. que levasse ainda em consideração para efeito, se fosse o caso de reconsiderar, que não se trata de projeto de lei.

As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante da proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, até a matéria prejudicada é só relativa à emenda à Constituição.

Mas não a emenda a projeto de lei, matéria ordinária.

A emenda à Constituição é matéria distinta, é relativa exclusivamente à Constituição e não emenda a projetos de lei ordinária.

Veja bem V. Exa. que, a emenda à Constituição constitui uma proposição, é um projeto de Emenda à Constituição, ela por si só exige um projeto.

No caso, com relação à matéria, aos projetos de lei — matéria ordinária — a Constituição não faz referência às emendas, nem à matéria considerada prejudicada, porque a emenda não repete a outra e também não foi votada; ela foi apenas, em razão da preferência que a Casa lhe deu, com guarida no Regimento Interno, desde que ela se situava em terceiro lugar porque era emenda de comissão, mesmo assim, V. Exa. deu preferência, que o substitutivo era de número 2, inciso 2, mas, se tratava de uma emenda da Comissão, V. Exa. deu preferência à emenda, à emenda apresentada no dia de ontem, ou, sub-emenda, apresentada no dia de ontem, que veio, posteriormente, substituir a primeira.

Mas a matéria constante da emenda que hoje foi apresentada, ela se situa num outro dispositivo, cria um novo dispositivo no art. 6o., não substitui o artigo 6o., mas cria um novo substitutivo, ela não é substitutivo da emenda apresentada ontem, ela é apenas uma consequência, ela apenas tem, como suporte, a emenda, como suporte à criação do Conselho.

Agora diz-se:

O que será este Conselho?

Como será constituído?

Não modifica, em si, a matéria ontem aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência colocou a matéria em votação e cumpriu determinações rígidas do Regimento Interno.

A Presidência entende que, em se tratando do objeto principal, as redações constitucionais são extensivas a qualquer apêndice.

A Presidência mantém a decisão.

Todavia, cabe ao eminente Deputado, se pretender, o que lhe faculta o art. 125 do Regimento Interno.

A Presidência informa:

“Das decisões da Mesa — deixando e de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário”.

A Presidência mantém a decisão e consulta o eminente Deputado Muggiati Filho, se deseja usar da faculdade contida no art. 125.

O SR. MUGGIATI FILHO — Tendo em vista que V. Exa. manteve a decisão, respeitável decisão, e, como uma coisa implica na outra, eu requeiro a V. Exa. que submeta a matéria ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência vai colocar à deliberação do Plenário, a decisão da Mesa.

Em votação, a decisão da Mesa em não acolher a emenda; APROVADA.

Aprovada a decisão da Mesa, deixa, portanto de ser acolhida, a Emenda apresentada em turno de 3a. discussão e votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, requeiro verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende.

Em votação a decisão da Mesa. — APROVADA.

21 Srs. Deputados votaram com a decisão da Mesa, 14 Srs. Deputados votaram contra a decisão da Mesa.

APROVADA a decisão da Mesa, na Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Em votação o substitutivo geral, apresentado ao Projeto de Lei número 93/77, na Comissão de Constituição e Justiça. — **APROVADO**.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Major FERNANDO FLORES, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado. Parecer **FAVORÁVEL** da CCJ., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **APROVADO**, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 23/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer **FAVORÁVEL** da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO**.

PROJETO DE LEI NÚMERO 23/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a **SOCIEDADE BENEFICENTE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ**, com sede nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1977.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A "**SOCIEDADE BENEFICENTE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ**", foi fundada em data de 14 de outubro de 1915, por Subtenentes e Sargentos da então, na época, Guarda Nacional, com fins específicos e promover a classe social, através de convênios junto à entidades particulares, ajuda assistencial aos associados, pelos Departamentos próprios tais como: Educação e Cultura, Relações Públicas, Patrimônio e Assistência Social, que visam o bem estar dos sócios e dependentes.

O **DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, tem por finalidade prestar aos associados, uma assistência dentária, sem qualquer ônus, mantendo gabinete dentário devidamente equipado, atendendo pela parte da manhã, tarde e noite; Assistência Jurídica, através de advogado que presta serviços pela parte da manhã e tarde, a todos os associados e seus dependentes, que tiveram necessidade de orientação e defesa junto ao Poder Judiciário, sem que lhes custe qualquer outro pagamento; Assistência Farmacêutica, através de convênios junto à rede de farmácias da Capital, para o sócio que não tenha condições imediatas na aquisição de remédios, a Sociedade fará a aquisição dos mesmos, com posterior desconto em folha.

O "**DEPARTAMENTO EDUCACIONAL**", tem a primordial atividade de difundir no meio de seus associados, através de palestras, conferências e debates, reuniões, a fim de propagar a cultura, o melhor entendimento e conhecimento da História Militar, Social e Cultural de nossa Nação, de prestar informações adquiridas junto à coleções de livros em sua Biblioteca própria, juntamente com Bibliotecário, que encaderna e os mantém catalogados, os livros doados e adquiridos juntamente com diversos mapas, pela atual gestão e passadas, tudo com um só objetivo de melhor informar, educar o associado.

O "**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**" é o que procura dentro das normas de ética profissional, e bem como, fazer com que seja demonstrado publicamente, que a função de policial-militar é de suma importância na salvaguarda

dos interesses dos cidadãos, na manutenção da ordem pública, social e administrativa, prezando sempre pelas a serem cuidadas e mantidas, para o bem da Nação, desenvolver trabalho de informação, credenciamento junto aos órgãos de divulgação, inclusive com uma revista própria, que é a denominada "**O SARGENTO**", especificamente para a divulgação da classe das Praças de Pré.

Este Departamento de Relações Públicas tem, na sua direção, um orador de nível Universitário, que promove palestras, e, junto às reuniões de conagração da classe, através de vibrantes discursos, conclamando à união, aos respeito às normas instituídas, à Lei e o Governo, procura difundir no meio do associado, uma vibrante participação na vida social, entre seus próprios companheiros de classe.

O "**DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO**", procura através de arrecadação mensal, em folha de pagamento, já estipulados manter em funcionamento a Sociedade, pagando suas despesas operacionais, como pessoal, funcionários burocráticos, profissionais liberais, impostos próprios da atividade como água, luz, taxa de lixo, INPS, FGTS, PIS, IPPTU, e outros em geral, recaiam sob a sua responsabilidade, sempre em dia, não tendo dívidas de diretorias anteriores e nem a atual o faz, pagando sempre à vista seus compromissos.

Tem tal Departamento de Patrimônio por finalidade aumentar, através de novas aquisições, o que está sendo feito, com a compra de outros terrenos, a fim de construir nova sede própria, maior que a atual, sita à Rua Engenheiro Rebouças 2.829, com um prédio de 3 (três) andares, construído já a alguns anos, avaliado atualmente em mais de 2.500.000,00, fora os móveis e utensílios de uso diário.

Este Departamento zela pelos inúmeros imóveis que a Sociedade tem em praças de nosso Estado, onde pretende construir uma pequena Colônia de Férias, e visa edificar nesta cidade de Curitiba, um outro prédio maior, que proporcione melhor atendimento à classe policial-militar dos Subtenentes e Sargentos.

Os sócios componentes da Sociedade são de diversas categorias: Fundadores, Remidos, Beneméritos, Honorários, Conselheiros, Cíveis e Patrimoniais.

Apesar de todos os benefícios que os sócios têm na própria Sociedade, a mesma uma vez por ano, promove campanha de distribuição alimentícia, de roupas e remédios entre os associados mais carentes de tal ajuda, e bem como aos demais civis em geral, que são então ajudados pela ação social da entidade.

A Sociedade Beneficente, luta em prol de uma classe unida, distinta e dinâmica. Que exerça funções de coibir abusos indiscriminados, contra a sociedade constituída.

Seus estatutos inclusos, dão ajuda por morte através de pecúlio, auxílio funeral. Paga aos familiares dos associados, para um melhor amparo. Cede seu auditório para casamentos, festas, batizados, aniversários, formaturas e encontros dos associados para conagração da classe.

Tudo, em conformidade com o Estatuto vigente desde a sua fundação em data de 14 de outubro de 1915, e, atualmente dirigida por uma Diretoria, que exerce mandato por 2 (dois) anos, sendo renovável através do sufrágio universal, secreto entre os filiados e associados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI NÚMERO 23/77

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei número 23/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Analizando-se o processo, a justificativa apresentada

pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que a entidade preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 61/77, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 61/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — É declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima, que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços à sua comunidade, no campo da assistência em geral aos excepcionais.

Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão por que apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 61/77

PARECER

Do exame da certidão do registro da APAE, do Município de Assis Chateaubriand, lavrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos daquela Comarca; do exame de seus Estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do Autor do presente projeto de lei, que põe em relevo os serviços prestados pela Entidade à comunidade daquele progressista Município paranaense, no campo da assistência aos excepcionais, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS — MOLIVI", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 74/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública o "MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS" — MOLIVI, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.977.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

O Movimento para Libertação de Vidas, sociedade civil-religiosa, é uma entidade que não visa lucros e tem por finalidade precípua a conscientização contra o uso de drogas e a recuperação de toxicômanos.

Tem sua sede na cidade de Maringá e vem através do seu profícuo trabalho prestando relevantes serviços à comunidade maringaense e por que não dizer, de todo o nosso Estado.

O dossiê que anexamos ao presente, demonstram perfeitamente o grande trabalho que vem sendo realizado, bem como comprovam o preenchimento, através da documentação inserida, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso, temos a certeza de contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 74/77

PARECER

Do exame da certidão do registro da referida Entidade, lavrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos-Pessoas Jurídicas - da Comarca de Maringá; do exame de seus Estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração expositiva de motivos do Autor do presente projeto de lei, que põe em relevo, de maneira brilhante, os serviços prestados pelo MOLIVI à comunidade maringaense, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 84/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL APLUB", com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública, através do seu escritório no Estado do Paraná, a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.977.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil APLUB, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos com escritórios em quase todos os Estados do Brasil, que congrega os profissionais liberais, portadores de diploma de curso universitário, bem como associados de outras categorias profissionais. O objetivo principal da Associação é a prestação de assistência previdenciária, além de colaborar com outras entidades, visando fins culturais e de incentivo à pesquisas científicas.

A prestação de serviços que vem oferecendo aos seus inúmeros associados nos diversos Estados onde possui suas agências, já grangeou o reconhecimento público, conforme

dossiê que anexamos ao presente.

A documentação inserida, dão conta do preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto de declaração de utilidade pública, razão pela qual esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NÚMERO 84/77.

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, tem por finalidade o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública, através do seu escritório no Estado do Paraná, a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil — APLUB, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Do exame do processo, bem como de toda a documentação apresentada, verifica-se que a entidade acima preenche os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal referente à matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.
Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 105/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 105/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA", com sede e foro nesta capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA", com sede e foro nesta capital, é Fundação Assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Fundação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que ofereço o presente Projeto de Lei à consideração dos meus Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NÚMERO 105/77

P A R E C E R

Do exame da certidão do registro da referida Entidade no Cartório de Registro de Títulos e Documentos — 2o. Ofício — de Curitiba; do exame de seus Estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do Autor do presente Projeto de Lei, que põe em relevo os serviços prestados pela Entidade no setor assistencial e filantrópico, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 112/77, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE", com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 112/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE" com sede no Distrito de TAMARANA, Município de LONDRINA, neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1.977.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE", fundada em 05 de fevereiro de 1.974, tem seus Estatutos Registrados no Cartório do 2o. Ofício de Títulos e Documentos, da cidade de Londrina, é uma entidade civil, de finalidade filantrópica, de assistência social, espiritual e cultural, com sede e foro no distrito de Tamarana, Município de Londrina, Estado do Paraná, atendendo aos necessitados em geral, seus familiares e menores, órfãos ou abandonados, indistintamente, e de forma gratuita, mediante o fornecimento de alimentos, roupas, agasalhos e assistência médica, proporcionando-lhes ainda alfabetização, educação e moradia, sempre visando a promoção integral e social da comunidade, sem distinção de raça, credo, cor ou religião. Sendo o Distrito de Tamarana, situado em uma região essencialmente agrícola, com uma população de baixo custo aquisitivo, distante da sede do município aproximadamente 60 km, o trabalho desenvolvido por esta entidade, vem de merecer todo o respeito e devida consideração, principalmente por estar atendendo aos apelos dos governos Federal e Estadual, para que seja resolvido dentro da própria região os problemas existentes, tanto moral como social, não transferindo para as autoridades uma responsabilidade que também pertence a toda uma comunidade. Fundada em 1974, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais, e necessários para ser reconhecida como de utilidade pública. Justo que o poder público lhe outorgue este título para que usufrua dos benefícios decorrentes, e, prossiga em suas beneméritas atividades sociais.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NÚMERO 112/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação São Roque, com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado.

Do exame do processo, bem como da documentação que o institui, verifica-se que todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal pertinente à matéria estão preenchidos.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 136/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "CRECHE LAR ESCOLA SARON", com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 136/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a CRECHE LAR ESCOLA SARON, com sede na cidade de Curitiba;

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de dezembro de 1.977.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

A CRECHE LAR ESCOLA SARON, da cidade de Curitiba, é uma associação civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, e tem por finalidade a proteção e assistência à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança, independente de raça, cor, fé religiosa, credo político ou convicção filosófica; sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 136/77

P A R E C E R

Do exame da certidão do registro da referida entidade no Cartório do 1o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos — Comarca de Curitiba —; do exame de seus estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do autor do presente projeto de lei, que põe em relevo os serviços prestados pela entidade no setor da proteção e assistência à infância, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1.977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição no. 391/77, da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do Sr. Deputado ANTÔNIO FACCI, dando redação que especifica ao § 3o. do Art. 105, Capítulo VI, da referida Constituição. Com Parecer FAVORÁVEL e EMENDA DA COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROPOSIÇÃO NÚMERO 391/77

Emenda à Constituição

Art. 1o. — O § 3o. do Art. 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3o. — São condições de elegibilidade a Prefeito Municipal:

I — Ser Brasileiro

II — Estar no Exercício dos Direitos políticos

III — Ser maior de vinte e um anos.

§ 4o. — O Vice-Prefeito considerar-se-á eleito com o Prefeito registrado conjuntamente.

Art. 2o. — Acrescente-se um parágrafo ao referido Artigo, com a seguinte redação:

§ 5o. — São condições de elegibilidade a Vereadores às Câmaras Municipais:

I — Ser Brasileiro

II — Estar no exercício dos Direitos políticos

III — Ser eleitor.

Art. 3o. — Revogam-se às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1.977.

(a) Antônio Facci.

Apoiamentos:

Muggiati Filho, Jayme Rodrigues Carvalho, Edilson Alencar, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Wilson Fortes, Jorge Sato, Waldenício Barbalho, Osvaldo Macedo, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Gabriel Manoel, Rosário Pitelli, Ezequias Losso, Enéas Faria, Aguinaldo Pereira Lima, Otássio Pereira e Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de emenda à Constituição, extinguir do texto Constitucional a exigência de idade mínima de 21 (vinte e um) anos para que o eleitor possa candidatar-se a Vereador.

A fixação de idade superior a vinte e um (21) anos como condição de elegibilidade para Vereador às Câmaras Municipais de nosso Estado, contida no item III § 3o. art. 105 Capítulo VI de nossa Constituição, socialmente, constitui afronta aos que compulsoriamente votam, mas não podem ser votados.

O "Caput" do art. 150 da Constituição Federal é de clareza meridiana "Art. 150: SÃO INELEGÍVEIS OS INALISTÁVEIS".

Daf nosso entendimento, que o cidadão ao completar dezoito (18) anos, não apenas é alistável, como também está sujeito a penalidades, caso não o faça.

Depreendemos, portanto, que está explícito no contido neste artigo a viabilidade de candidaturas de pessoas, que, sendo eleitores, não tenham ainda 21 (vinte e um) anos de idade.

Além do texto constitucional referido, encontramos ainda no § único do Art. 3o. da Lei 5782 de 06 de junho de 1972, autorização inequívoca, à que o cidadão ou cidadã que se encontre entre os 18 e 21 anos, possa disputar cargos eletivos aos órgãos Municipais, notem bem, a ampliação pela Lei citada, também a candidatos a Prefeitos e Vice-Prefeitos, senão vejamos:

Lei 5.783 de 06 de junho de 1.972.

FIXA PRAZO PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Presidente da República.

Faço saber.

Art. 1o. — Nas eleições.

Art. 2o. — Nas eleições.

Art. 3o. — Nas eleições Municipais, a se realizarem em 1972, o prazo previsto no artigo anterior fica reduzido a 3 (três) meses.

Parágrafo único: EM SE TRATANDO DE CANDIDATO DE ATÉ 21 (vinte e um) anos de idade, O PRAZO PREVISTO NESTE ARTIGO SERÁ REDUZIDO À METADE.

É de notar-se que a lei em questão, não apenas admite candidaturas na faixa etária de 18 a 21 anos, mas acima de tudo, oferece privilégios a quem nessa idade, pretenda iniciar-se na vida pública, reduzindo à metade, o prazo exigido para filiação partidária.

É de conhecimento público que em algumas comarcas de nosso Estado, os Exmo. Senhores Juizes eleitorais, concedem registro de candidaturas de eleitores que não tenham 21 anos, resultando vários casos de vereadores eleitos que ainda não completaram a idade mínima fixada pela Constituição.

Porém em outras comarcas, que por denúncias oferecidas pelo Ministério Público ou mesmo impugnações provocadas pelo partido adversário, baseando no preceito Constitucional, grande número de jovens privados de iniciar-se na vida pública.

A moderna psicologia ensina hoje, que não há distinção entre um indivíduo de 18 a 21 anos, no que tange às atitudes de comportamento. Não se pode medir capacidade e maturidade com a idade física. Se fôssemos estabelecer uma idade, estaríamos pré-julgando que ainda não se colocou em julgamento. A nossa lei precentua uma idade de 18 anos para se votar; negar-se o direito de ser votado tornar-se incongruente. A vízi-

nha Santa Catarina tem em sua Carta Magna Estadual a permissão de seus eleitores votar em candidato ao Governo com uma idade mínima de 25 anos, enquanto permanecemos nos 35 anos. Precisamos ir mais além. Devemos mostrar que o jovem merece ter a confiança do voto para tal, se para isto tiver capacidade, não será a idade que irá diminuí-la, pois ela é inata e o tempo não a mudará.

Ninguém ignora, que a maioria de nossos homens públicos, iniciam a vida política, como vereador, nada mais justo portanto, que, quando se conclame a juventude a participar do esforço nacional para o desenvolvimento, e cobra-se dos jovens maior presença na solução dos problemas nacionais, comparar-se do texto constitucional a proibição de candidaturas a Vereador de jovens com menos de 21 anos.

É o primeiro passo. Sabemos que os jovens de 18 a 21 anos o dará com firmeza.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESPECIAL

O Artigo 1o. da Proposta de Emenda à Constituição Estadual, no. 391/77, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o artigo 2o.:

"Art. 1o. — O parágrafo 3o. do Artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3o. — Ressalvado o disposto na legislação federal, são condições de elegibilidade aos órgãos municipais:

- I — Ser brasileiro;
- II — Estar no exercício dos direitos políticos".

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada perante a Comissão Especial, por escrito.

COMISSÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposição no. 391/77

I — RELATÓRIO

A presente emenda reduz para dezoito anos a idade mínima do candidato a vereador elegível (§ 3o. do art. 105), mantendo, entretanto, a idade mínima de 21 anos como condição de elegibilidade do candidato a prefeito municipal.

Oportunamente, o deputado que ora relata o feito, ofereceu emenda visando a igualdade de condições de elegibilidade aos órgãos municipais, quanto à idade, fixando-a em 18 anos, tanto para prefeito como para vereador.

II — PARECER

De conformidade com as razões em separado que acompanham o presente, opinamos pela aprovação do projeto com a emenda.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1977.

(aa) Gabriel Sampaio, Presidente; Muggiati Filho, Relator

EMENDA À CARTA ESTADUAL À IDADE MÍNIMA PARA O EXERCÍCIO DOS CARGOS DE VEREADORES E PREFEITOS MUNICIPAIS.

O problema da Carta Estadual no tocante à introdução, em seu texto, de matéria que lhe é pertinente, para estabelecer a idade mínima de 21 anos como limite para os cidadãos, em gozo de seus direitos políticos, se candidatarem aos postos eletivos municipais - vereador e prefeito - está na inconstitucionalidade de tais preceitos.

Ainda há pouco, o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, pronunciando-se sobre um caso concreto, originário de Jandaia do Sul (Recurso no. 650), entre outras doughtas considerações, assentou as seguintes:

Em decisão já proferida por este egrégio Tribunal Regional, no recurso no. 528/72, de Bocaiúva do Sul, optou-se pela elegibilidade do candidato CARLOS ALBERTO RIBEIRO, à Prefeitura Municipal daquele município, embora ele fosse

menor de 21 anos.

A menoridade atacada se arrima em disposição na Constituição Estadual (Art. 106, § 3o., III), que estabeleceu como condição de elegibilidade aos órgãos municipais o fato de ser maior de vinte e um anos.

É matéria de muita discussão. Muitos reclamam da inconstitucionalidade disposta na Carta Estadual, eis que, as condições de elegibilidade aos cargos eletivos, por compreenderem direito eleitoral, estão reservados ao poder legiferante da União Federal, conforme estatui o art. 8o. XVII, letra b, da Constituição Federal.

O egrégio Supremo Tribunal Federal, por várias vezes tem julgado que "ofende a forma republicana representativa a disposição que estabelece condições de inelegibilidade não previstas na Constituição Federal" (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 33, pg. 231).

PONTES DE MIRANDA, mostra que:

"O direito eleitoral, qualquer que seja, é feito pela União. Foi um dos passos mais acertados no direito brasileiro, após as experiências pluralísticas de 1891, em diante. Tal lei, tem de ser igual para todo o território, mas nada obsta a que haja diferenças entre a lei eleitoral para os cargos federais, a lei eleitoral para os cargos dos Estados-membros e a lei eleitoral para os cargos municipais. O que não é possível é a lei para o Estado-membro A, e não para o Estado-membro B, para o Distrito Federal, ou para os Territórios, e não para os Estados-membros ou vice-versa, ou para o Município A e não para o município B". (Comentários à Constituição de 1967, tomo II, págs. 73/74, ed. 1970).

Em resumo, não podem as Constituições estaduais estabelecer inelegibilidade ou condições de inelegibilidade, ou, ainda, exigências maiores que as previstas na Carta Federal, ou que desta não constem.

Estabelecer como condição de elegibilidade exigência igual à que figura no texto federal, não há censura, mas, exigir qualquer condição não exposta pela Lei Maior, é passível de inconstitucionalidade".

O atual texto da Carta Estadual, que inclui nas condições de elegibilidade aos órgãos municipais a exigência expressa de ser o candidato maior de 21 anos, (inciso III do § 3o., do art. 103), está, portanto, eivado de inconstitucionalidade.

A autonomia municipal, segundo dispõe a Constituição Federal em seu art. 15, será assegurada, inclusive:

"... pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores realizada simultaneamente e em todo o país, na mesma data das eleições gerais para deputados".

As demais disposições sobre a autonomia municipal em nada induzem quanto à idade mínima dos candidatos a postos eletivos municipais.

Expressamente, a Carta Magna fixa em 21 anos a idade mínima para o exercício do cargo de Deputado Federal (art. 39); o de Senador, em 35 anos (art. 41); o de Ministro de Estado, em 25 anos (art. 84); o de Procurador Geral da República, em 35 anos (art. 95); o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 35 anos (art. 118, § único) e o de Presidente da República em 35 anos (art. 74).

Assim, aos demais cargos o acesso pela via eletiva obedece a regra geral estabelecida no art. 1o., da Lei Complementar no. 05, assim redigida:

"Art. 1o. — São inelegíveis:

- I — para qualquer cargo eletivo:
- a). os inalistáveis".

Há que se observar, outrossim, que a lei tem procurado facilitar o acesso à vida pública do maior de 18 anos, como, por exemplo, ao reduzir para 45 dias o prazo mínimo de filiação partidária, para que o cidadão participe das convenções municipais (Lei 5697, de 27/08/71, alterada pelo art. 3o., da Lei 6196, de 19/12/74); ou quando a Lei 5782, de 06/06/72, faz a separação, determinando o prazo mínimo de 12 meses de

filiação para os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador e respectivo suplente, Deputado Federal e Deputado Estadual, e de 6 meses para os cargos eletivos municipais, contados pela metade para os maiores de 18 anos e menores de 21 anos.

Destarte, quanto à idade, é de se convir que somente são inelegíveis para os cargos de prefeito municipal e vereador aqueles que não podem ser eleitores.

PINTO FERREIRA apoia-se numa citação de José Afonso Silva, para defender a questão no tocante à eleição de vereador, afirmando, às páginas 160-161, de sua obra "Manual Prático de Direito Eleitoral", que

"A condição de idade também não pode ser fixada, ao arbítrio dos Estados. Discutiu-se muito esse assunto no regime da Constituição de 1946. Entendeu-se que os Estados podem exigir do candidato a vereador que tenha completado vinte e um anos (21), segundo o modelo federal. Essa questão interfere com o gozo dos direitos políticos, mesmo que seja considerada organização dos poderes, que é matéria de competência do Estado, no que tange a seus órgãos governamentais e dos municípios. Por essa razão, julgamos inconstitucionais os dispositivos das Constituições estaduais ou das Leis Orgânicas dos Municípios que fazem idade para; que alguém possa ser vereador. Desde que a pessoa esteja no gozo de seus direitos políticos, pode candidatar-se, pois esta é a única condição imposta pela Constituição do Brasil".

Alguns autores pretendem que a condição de elegibilidade não é matéria eleitoral, mas é matéria de organização de poderes. Em função desta tese conclui-se que as constituições estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios podem exigir que os candidatos a vereador e prefeito preencham determinadas condições de idade e nacionalidade, da maneira como as estatuiam os diplomas estaduais.

O assunto é brilhantemente discutido por JOSÉ AFONSO DA SILVA, no "Manual do Vereador" e a temática relativa ao assunto é tratada com mestria por ARNALDO MALHEIROS, no "Manual das Eleições Municipais" (S. Paulo, 1963, 2a. ed.).

É de reconhecer, sobre o problema, que as regras da Constituição do Brasil e as leis complementares sobre inelegibilidade limitam as competências dos Estados-membros nas atribuições em análise.

O Código Eleitoral de 1965 (art. 94, § 1o), criou praticamente outras condições de elegibilidade para os Vereadores e Prefeitos:

"I — que o candidato seja filiado a um partido político;
II — goze de idoneidade moral através de comprovação de folha corrida. A Lei Complementar no. 05/70, exigiu ainda para ser candidato outra condição, qual seja, o "domicílio eleitoral", no município pelo menos um (01) ano imediatamente anterior à eleição".

A alusão ao cargo de prefeito parece-nos clara, exteriorizando o lúcido pensamento do autor.

Ademais, é conclusivo que, sendo o vereador, na Presidência da Câmara, o eventual substituto do Prefeito, na ausência do Vice-Prefeito, não pode haver dois pesos e duas medidas no tocante às exigências legais para o acesso a tais cargos.

É o caso da idade mínima para Governador do Estado.

Se a Constituição Federal estabeleceu o limite de 21 anos para o exercício do cargo de Deputado Federal, e em 25 anos o de Ministro do Estado, fixando porém em 35 o de Senador, é que a este pode competir substituir, eventualmente, ao Presidente da República, enquanto que aos demais, não.

Por conseguinte, seria apenas uma questão de bom-senso a exigência da maioria consagrada no Código Civil, para o Governador. E essa maioria é muito relativa, pois, via de regra, ela pode ser concedida pelo pai através da emancipação, ao filho que completa 18 anos.

A maioria dos 18 anos, portanto, está praticamente reconhecida no Direito brasileiro. Tanto é verdade que, no Projeto no. 3263, de 1965, que institui o Código Civil, remetido ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco, e que é o resultado da criação do Serviço de Reforma dos Códigos do Ministério da Justiça, criado em 1961, no seu art. 5o., "fixa em 18 anos a "venia aetatis" da maioria, fazendo cessar aos quatorze a incapacidade absoluta (art. 6o), e aos dezesseis a relativa (art. 7o.). Os novos limites justificam-se - acentuou a Mensagem Presidencial - em face de tendência vitoriosa em outros campos da atividade jurídica (Direito Público, Penal, do Trabalho), que torna inconveniente, sob vários aspectos, a conservação das regras do Código Civil".

Já Teixeira de Freitas, no "Esboço" do Código Civil, considerava "menores IMPÚBERES os que ainda não tiverem a idade de quatorze anos completos, e ADULTOS os que tiverem mais desta idade até completarem a de 21 anos" (art. 63, do "Esboço").

Afinal, vale ressaltar a feliz iniciativa do nobre Deputado Antônio Facci, ao visar, com a reiteração de sua emenda, agora sob o no. 391/77, colocar os maiores de 18 anos longe das incongruências apontadas em nossa Carta Estadual, no que se refere ao cargo de Vereador.

Mas, pelas razões que ora submetemos ao debate, entendemos que não só o cargo de Vereador, mas também o de Prefeito Municipal estão sujeitos às mesmas conclusões, às mesmas diretrizes, e o direito que os norteia é um só: não poderão existir dois pesos e duas medidas: uma para o cargo de Prefeito e outra para o de Vereador.

Ambos estão sujeitos a uma só lei, ao mesmo direito, dentro da tradição legislativa brasileira, bastando, portanto, que se tenha completado a idade de dezoito anos para o exercício de qualquer um desses cargos.

É o que pretendemos, com a apresentação de nossa Emenda à Constituição Estadual de autoria do ilustre Deputado Antônio Facci.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1977.

(aa) Gabriel Sampaio, Presidente; Muggiati Filho, Relator

EMENDA

Parágrafo único: Em se tratando de candidato até 21 (vinte e um) anos de idade, o prazo previsto neste artigo será reduzido à metade.

É de se notar que a lei em questão, não apenas admite candidaturas na faixa etária de 18 a 21 anos, mas acima de tudo, oferece privilégios a quem nessa idade, pretenda iniciar-se na vida pública, reduzindo à metade, o prazo exigido para filiação partidária.

É de conhecimento público que em algumas Comarcas de nosso Estado, os Exmos. Srs. Juizes eleitorais, concedem registro de candidaturas de eleitores que não tenham 21 anos, resultando vários casos de vereadores eleitos que ainda não completaram a idade mínima fixada pela Constituição. Porém, em outras Comarcas, que por denúncias oferecidas pelo Ministério Público ou mesmo impugnações provocadas pelo partido adversário, baseando no preceito constitucional, grande número de jovens privados de iniciar-se na vida pública.

A moderna psicologia ensina hoje, que não há distinção entre um indivíduo de 18 a 21 anos, no que tange às atitudes de comportamento. Não se pode medir capacidade e maturidade com a idade física. Se fôssemos estabelecer uma idade, estaríamos pré-julgando que ainda não se colocou em julgamento.

A nossa lei preceitua uma idade de 18 anos para se votar; negar-se o direito de ser votado torna-se incongruente. A vizinha Santa Catarina tem em sua Carta Magna estadual a permissão de seus eleitores votar em candidato ao Governo com uma permissão de seus eleitores votar em candidato ao Governo com uma idade mínima de 25 anos, enquanto permanecemos nós 35

anos. Precisamos ir mais além. Devemos mostrar que o jovem merece ter a confiança do voto para tal, se para isto tiver capacidade, não será a idade que irá diminuí-la, pois ela é inata e o tempo não a mudará.

Ninguém ignora, que a maioria de nossos homens públicos, iniciam a vida política, como vereador, nada mais justo portanto, que, quando se conclame a juventude a participar do esforço nacional para o desenvolvimento, e cobra-se dos jovens uma maioria presença na solução dos problemas nacionais, extirpar-se do texto Constitucional a proibição de candidatura de Vereador de jovens com menos de 21 anos.

É o primeiro passo. Sabemos que os jovens de 18 a 21 anos o darão com firmeza.

Em discussão a proposta e a emenda apresentada. Encerrada a discussão. No turno, em votação, primeiramente a proposta, ressalvada a emenda.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exa. poderia ler o inteiro teor da emenda?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende. (É lida a emenda).

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem uma dúvida, eminente Deputado, e quer acreditar que a emenda pretende emendar o artigo 106 e não o artigo 105.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, conforme consta mesmo das razões apresentadas pela emenda, a referência do projeto é ao artigo 106. Porque na primeira página já das razões da emenda, há referência expressa ao artigo 106. Na página seguinte também há referência expressa ao artigo 106. E a matéria trata do artigo 106. Houve, com toda certeza, um erro de datilografia, e que fica ressalvado. O sentido do projeto era referente ao artigo 106 e não poderia ser em relação ao artigo 105. Seria impraticável, ali.

De modo que a anotação que nós queremos seja feita, é no sentido de que por ocasião da redação final conste artigo 106, em vez de artigo 105, porque é a intenção do autor do projeto, Deputado Antônio Facci, e do autor da emenda, também.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem uma outra dúvida, eminente Deputado Muggiati filho, e consulta V. Exa., antes de colocar em votação, para não dar a matéria uma conotação que poderá considerar depois irreversível. A emenda apresentada por V. Exa. determina que: (Lê emenda).

A Presidência indagaria: A aprovação eventual da emenda de V. Exa. eliminaria o § 4o., do artigo 106, da Constituição do Estado?

O SR. MUGGIATI FILHO — Evidentemente que a emenda não diz respeito ao § 4o.

O SR. PRESIDENTE — Conforme emenda original, faz menção expressa a que, ao § 4o., do artigo 106. E a emenda, ao pretender dar nova redação à proposição, não faz menção ao § 4o., do artigo 106.

A Presidência tem algumas dúvidas, quanto à validade de votar. Votada a matéria, consubstanciada na proposição 391, colocar em votação a emenda de V. Exa., sendo que o § 3o., praticamente, elimina o § 4o. do mesmo artigo. Artigo da Constituição.

A Presidência indaga:

V. Exa. manteria o § 4o. da Constituição?

O SR. MUGGIATI FILHO — Claro, claramente.

Permita V. Exa., que conclua: a emenda diz claramente que: "O § 3o., do artigo 105 - capítulo 6o. da Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação: (Lê o parágrafo).

O § 3o., nada tem a ver com o § 4o. A emenda substitutiva, mantém o parágrafo da Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Perfeito. O esclarecimento era necessário, e a Presidência solicita da Comissão de Redação, que apanhe para subsídios, as notas taquigráficas da presente sessão

para poder, bem se orientar na formulação da matéria em Redação Final.

O SR. MUGGIATI FILHO — Permita, Sr. Presidente, que acrescento: o projeto, ele acrescenta mais um parágrafo, o § 5o.

Dai, a razão que V. Exa. tem, a sua preocupação justificada, mas, para nós, que nos detivemos mais na matéria, não vemos qualquer inconveniente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A emenda de V. Exa., em última análise, alterará o § 3o. da emenda original. Em votação a Proposição 391/77 - APROVADA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Eu requeiro a V. Exa., a verificação de votação, que se trata de uma emenda à Constituição, e não sei se há o quorum necessário para votação da matéria desta natureza.

O SR. PRESIDENTE — A Questão de Ordem de V. Exa. é regimental, e procedente, e a Presidência atende e fará verificação de votação.

Em votação a Proposição 391/77. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

APROVADA a emenda constitucional, por maioria absoluta.

Em votação a emenda apresentada pelo Sr. Muggiati Filho - APROVADA.

Da forma em que deliberou o Plenário, mantida na proposta original da emenda à Constituição, a redação proposta ao item 3, § 4o.

Suprimiu o artigo 2o., que propunha o § 5o., que deu nova redação ao § 3o.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 312/77, de autoria dos Deputados MUGGIATI FILHO e ACCIOLY NETO, que dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Em regime de urgência. - APROVADO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 312/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — A Sessão Extraordinária, pode ser convocada:

I — Pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II — Pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1o. — Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2o. — O disposto no parágrafo anterior, não prevalecerá no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3o. — A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as Ordinárias.

§ 4o. — A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, nos termos dos incisos I e II deste artigo, para se realizar no plenário de qualquer uma das Comissões Permanentes.

Art. 2o. — Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunica-lo-á aos Deputados em sessão.

Parágrafo Único — Se ocorrerem circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as providências que julgar necessárias.

Art. 3o. — A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único — O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 4o. — A Assembléia Legislativa realizará, no mínimo, oito

Sessões Extraordinárias por mês, nas Comissões Permanentes.

§ 1o. — A remuneração do Deputado pelo comparecimento efetivo a essas Sessões Extraordinárias, será paga na forma estabelecida pela Constituição Estadual.

§ 2o. — No recesso parlamentar, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art. 5o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO e ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento dessa augusta Casa, encontra-se tramitando o Projeto de Resolução número 62/73, que propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Atualmente submetido a um reexame integral por parte desta Comissão Especial, convém que se assinala que, embora aprovado em primeira discussão, tal projeto deverá sofrer algumas modificações radicais, por força, inclusive, de alterações constitucionais e legais que, em alta velocidade, têm sido introduzidas neste País.

O fato inquestionável, entretanto, é que em alguns pontos, ante a tecnologia moderna, cujos resultados positivos mesmos os humanistas são pródigos em reconhecer, o atual Regimento Interno, que já prestou bons serviços à Casa, está emperando a sua dinamização, e onerando-a além do necessário.

É o caso das Sessões Extraordinárias, cuja convocação, via de regra, feita para atender ao preceito constitucional do parágrafo 4o., do artigo 13, da Carta Estadual, não justifica todo o seu aparato para uma duração de apenas trinta minutos improrrogáveis.

Noutros Estados-membros, as Assembléias Legislativas têm encontrado solução adequada com a efetivação de sessões extraordinárias através de suas Comissões Permanentes, como acontece no Estado do Rio Grande do Sul. Ali, não só funcionam nesse sentido o Plenário das Comissões, como também, se disciplinou o pagamento de tais subsídios, em seu Regimento Interno, artigo 185, cujo parágrafo está assim redigido:

"§ 2o. — No recesso parlamentar a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a sessão legislativa."

O presente projeto de resolução, quanto ao seu aspecto formal, traduz matéria já compreendida no Projeto de Resolução número 62/73, de reforma regimental.

As necessidades evidenciadas no momento, entanto, atingiram o caráter de urgência, levando-nos a destacar a matéria, com vistas a antecipar a sua aprovação, de modo a delinear uma atuação mais rápida e eficiente a todos quantos participem do processo legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução número 312/77

O presente Projeto de Resolução número 312/77, de autoria dos nobres Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto, tem por finalidade disciplinar a convocação das Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa.

Pela análise da justificativa que acompanha a proposição, a sua finalidade vem a ser, a de dar uma sistemática mais adequada à matéria, visando dinamizá-la com o intuito de atender aos preceitos constitucionais vigentes, enquanto se aguarda a aprovação do projeto de resolução, que tramita nesta Casa, visando reformar o atual Regimento Interno.

A matéria de que trata o projeto de resolução tende a disciplinar preceito constitucional, de modo a adaptar as convocações das sessões extraordinárias de maneira racional e em função da dinâmica atual que vem sendo exercida pelo Poder Legislativo.

Sob o aspecto legal e constitucional, competência do exame por esta Comissão, nada há que possa obstar a sua aprovação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução número 312/77

O presente projeto de resolução de autoria dos nobres Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto, tem por finalidade disciplinar a convocação das Sessões Extraordinárias deste Poder Legislativo.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto da sua constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que o projeto em si não vem alterar o número de sessões extraordinárias, previsto constitucionalmente, razão pela qual, nada há que impeça a sua tramitação.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que seja reservado o espaço de tempo atinente à hora do Grande Expediente, da sessão de quarta-feira próxima, dia 16 do corrente, para que o Secretário da Administração, faça em Plenário, uma exposição sobre as reformas que serão executadas no Centro Cívico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 124/77. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para conhecer e conhecendo poder firmar posição do andamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está devidamente instruído com os pareceres das Comissões Técnicas.

O SR. ENÉAS FARIAS — (Pela ordem). — Razão porque se dispensaria a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tão somente a pauta das três sessões.

Pretende o Sr. Deputado isentar a pauta exigida para matéria dessa natureza.

O SR. ENÉAS FARIA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado por maioria, com voto contrário do Sr. Enéas Faria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja incluída no Plano Rodoviário atual, a continuação da pavimentação asfáltica à partir do Município de Amaporã até Santa Cruz do Monte Castelo. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica transferida para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Câmara Municipal de Curitiba, pela entrega do título de Cidadão Honorário de Curitiba, ao Dr. Mauri Rodrigues da Cruz. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que a 2ª Delegacia Regional da Receita Estadual seja sediada em Paranaguá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de louvor à revista "Rumo Paranaense" pela publicação, em sua última edição, de homenagem ao ilustre conterrâneo Rodrigo Júnior. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando manifestação de apoio desta Assembléia Legislativa do Paraná, ao Projeto de Lei número 538-A, do Sr. Odacir Klein, que reintroduz na C.L.T. preceito constitucional da estabilidade do trabalhador. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação). — Sr.

Presidente, eu sempre afirmei nesta Casa e em todas as oportunidades que, segundo o meu entendimento, o melhor Presidente no período revolucionário foi, sem sombra de dúvida o saudoso Presidente Castello Branco, porque ele introduziu diversas modificações na legislação do País que possibilitaram, ensinaram o nosso crescimento econômico, a nossa emancipação econômica e a nossa independência com relação a fatos que nos prendiam ainda a grandes Nações capitalistas do mundo ocidental.

E, dessa legislação, uma das mais importantes foi a reforma tributária, aquela em que os municípios brasileiros libertaram-se do jogo do Poder Executivo, dos Governos estaduais.

Todos aqueles, principalmente aqueles que militam a mais tempo na política, lembram-se das dificuldades dos prefeitos das diversas comunas brasileiras, principalmente para liberação dos recursos do famoso Artigo 20.

Vinham de chapéu na mão, solicitar aos Governadores dos Estados a liberação daquele recurso.

A reforma tributária implantada pelo saudoso Presidente Castello Branco, possibilitou a independência e o progresso de quase todos os municípios brasileiros.

E o que eu vou dizer aqui não vai convencer evidentemente o nobre Deputado autor da proposição, Deputado que eu respeito e cujos pronunciamentos nesta Casa sempre me prendem a atenção, sempre são embasados juridicamente com correção e sempre têm no seu bojo, na prática, medidas que realmente são concretas em benefício da coletividade.

Mas, desta vez, eu discordo do Deputado Muggiati Filho, e a minha discordância não vai mudar o seu pensamento, mas pode mudar o pensamento da Casa, mas acho que exatamente o assalariado brasileiro só adquiriu estabilidade emocional no seu serviço após a instituição e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A partir dali é que se abriram novos horizontes na vida do assalariado, não só pelo destino dado a esse Fundo no programa de habitação, mas também pelo equilíbrio emocional do assalariado, porque, por melhor que fosse o funcionário, era comum,

quando atingisse o sexto ou oitavo ano de casa, já o empregador através de acordo ou através de manobras muitas vezes condenáveis, procurasse despedir o empregado porque todos sabiam que a lei de estabilidade por 10 anos de serviço era leonina.

A lei trazia um clima emocional negativo ao trabalhador, porquanto quando atingia o sétimo, oitavo ou décimo ano de casa, ele já estava com idade avançada, já na meia idade, quando se torna mais difícil uma nova colocação. E, com a revogação daquele artigo da Constituição que previa a obrigatoriedade da indenização em dobro após o décimo ano de serviço e instituição e implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, proporciona estabilidade emocional e financeira ao assalariado.

Todos esses inconvenientes cessaram. E hoje, o funcionário quanto mais tempo tenha de casa, quanto mais tempo tenha de firma, mais eficiente ele se torna. Não há o aspecto do desemprego, não há a preocupação da indenização em dobro. Porque, é preciso que se diga que o assalariado, ao atingir o décimo ano de casa, negligenciava no serviço, também procurava, muitas vezes, motivação para ser despedido, a fim de receber a indenização.

E foi com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que todos esses inconvenientes cessaram e voltou a reinar entendimento entre assalariado e empregador.

Por esta razão, Sr. Presidente, — é minha convicção pessoal — estava certo o ex-Presidente Castello Branco, que realmente beneficiou a classe obreira com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, manifesto-me contrário a que esta Casa dê o seu apoio a uma proposição que, hoje, está em exame, no Congresso Nacional.

Por esta razão, exclusivamente por essa razão, votarei contra a matéria. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente. Na realidade, não nos surpreende que o nobre Deputado Erondy Silvério — ao qual agradecemos pelas suas bondosas referências — externasse, como já o fizeram outros membros deste Poder, a sua opinião em relação ao problema em foco, visto que seria mesmo impossível obter-se, nesta Casa, que representa os mais variados setores da sociedade paranaense, uma opinião unânime.

Mas, quero esclarecer que S. Exa. pecou num ponto básico e fundamental, o de que, a própria Constituição Federal, conforme citamos na proposição apresentada, assegura ao trabalhador mais do que a própria Constituição de 1946 assegurava, o regime de estabilidade, com indenização ou Fundo de Garantia equivalente.

O que não podemos esquecer, Sr. Presidente, e por isso a Justiça do Trabalho está se orientando no sentido de que reclamações apresentadas por trabalhadores, contestando a validade dos cálculos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que não condizem, realmente, com a indenização devida ao trabalhador. A Justiça do Trabalho está se orientando no sentido de suprir essa deficiência.

Na minha justificativa, citei um dos inúmeros julgamentos que têm havido neste País.

Porque, na verdade, basta que cada um raciocine em termos lógicos — pelo menos — para se saber que o desconto de 8 por cento do salário, mesmo com a correção monetária, no decorrer dos tempos, sofre a defasagem da alta do custo de vida e das próprias modificações do próprio salário.

Os 8 por cento que há cinco anos foram descontados de um salário de mil cruzeiros, para citar um exemplo — não poderão nunca alcançar os 8 por cento de um salário de 10 mil cruzeiros de hoje, por exemplo.

De modo que, há realmente, no Fundo de Garantia esse defeito e criando, uma situação de medo e de insegurança para o trabalhador.

Não sou eu somente que estou dizendo isto e que sentiu

isto. Porque na verdade, Sr. Presidente, se a lei assegura à empresa que mesmo o trabalhador estável, ele estará sujeito às penalidades da Consolidação das Leis do Trabalho, se ele a infringir, assegura à empresa o direito de se assegurar de que o trabalhador lhe preste serviço.

Raros são os casos em que empregado e empregador entram em conflito. Estes casos talvez sejam maiores hoje do que antes. Mas a realidade é esta: a de que muitas vezes não tanto o objetivo do lucro, mas o objetivo de manter a sua empresa, os interesses econômicos de sua empresa, faz com que os empresários coloquem à mercê da sorte dos trabalhadores que atingem já determinada idade, procurando no braço mais moço, uma maior produtividade, o aumento também de sua produção.

E aí geram-se os grandes defeitos e as grandes injustiças sociais. Vou citar apenas o que disse a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados em voto do Relator aprovado por unanimidade: "Analisando a "Lei de Trabajo" do México, assevera Mário de La Cueva em sua obra "El Nuevo Derecho Mexicano Del Trabajo": A estabilidade é um dos meninos mimados do estatuto laboral, porque significa a ausência de temor no presente e no amanhã imediato."

E nós estamos cansados de ouvir, principalmente nós, que já passamos, ou que já entramos na década dos 50 ou dos 60, olhamos com mais freqüência e nos detemos mais nestes problemas, nos cansando de ver trabalhadores que ontem ocupavam posições de destaque em indústrias, cumprindo agora suas noites com meros guardiões de apartamentos e amargurando por uma injustiça social por falta de estabilidade.

Diz, em continuação o Relator: "Com efeito, o Fundo de Garantia sem estabilidade tem levado a uma desastrosa rotatividade de mão-de-obra, além de sua constante desvalorização.

O empregador prefere sempre renovar a mão-de-obra, de que dispõe, principalmente quando próximos os dissídios coletivos.

Tôdo esse aspecto de mérito já foi suficientemente analisado pela Comissão de Trabalho e Legislação Social mas nós nos permitimos as considerações supra porque a matéria é realmente envolvente.

Sob o aspecto da competência desta Comissão, nosso entender é no sentido de que nada obsta à sua aprovação, pelo que nosso voto é favorável ao projeto "sub examem", com as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1976.

Teodoro Mendes

Parecer da Comissão.

A Comissão de Finanças, em sua reunião ordinária, realizada na presente data, opinou, unanimemente, pela aprovação do projeto de lei."

Eu citei o Parecer de Finanças justamente porque é o que interessa mais ao aspecto econômico, que foi o aspecto focalizado pelo eminente Deputado Erondy Silvério, com a propriedade que lhe é reconhecida. Mas, acima do aspecto econômico, nós colocamos, neste caso, o aspecto social que também interessa a todos nós primordialmente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho. — APROVADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade desta Casa aos trabalhadores brasileiros que hoje estão empenhados em conseguir pacificamente a reposição salarial. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do

Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, no sentido de saber se o convênio "POSAFRA" com o Município de Corbélia, já foi liberado. — APF VADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando informações à Prefeitura Municipal de Curitiba, com relação à majoração de tarifa de transporte coletivo. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, havia entre os Srs. Deputados da bancada da ARENA nesta Casa, uma predisposição em rejeitar o requerimento, tão somente com fundamentos de ordem legal — porque, tendo, os municípios, autonomia própria, administrativa, prevista na Constituição, não estão, os Prefeitos, sujeitos a responder Pedidos de Informações, ao Poder Legislativo.

Este é um aspecto, embora eu divirja deste pensamento porque esta Casa, principalmente com relação ao Prefeito da Capital, tem uma certa responsabilidade nos atos administrativos de Sua Excelência, porque, de acordo com o Complementar, na escolha de Prefeitos para a Capital, após a indicação do Sr. Governador do Estado, é submetido à apreciação e à aprovação do Poder Legislativo Estadual. Quem escolhe, quem aprova o nome, eu acho, tem pelo menos o direito de fiscalizar os seus atos, mesmo porque, todos os Srs. deputados, indistintamente, são representantes do povo, estão aqui, a serviço da coletividade, exclusivamente a serviço do povo.

Não foge a esta regra, o eminente Deputado Enéas Faria, e, traz a esta Casa uma denúncia séria, uma denúncia de que teria, o Sr. Prefeito de Curitiba, conseguido, de forma irregular, a uma permissionária de transporte coletivo, aumento de tarifas sem a concordância, sem a aprovação da Comissão Interministerial de Preços.

Por esta razão é que, eu acho, a Casa, a bancada da ARENA acabou concordando e é por esta razão, então, que devemos aprovar o requerimento. Porque embora o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba não esteja obrigado, constitucionalmente, a responder Pedidos de Informações deste Poder — e não o fez até agora nem uma vez, eu já encaminhei vários embora dando um outro sentido ao Pedido e reconhecendo a não obrigatoriedade de Sua Excelência responder Pedido de Informações desta Casa — mas apelando ao seu espírito cívico, à sua gentileza, à sua lhanza, para que respondesse a questões de suma importância para a coletividade curitibana, nós já endereçamos Pedidos a Sua Excelência, sem resposta.

Acho um absurdo dizer-se que isto aqui não é Câmara de Vereadores, que é o Vereador que tem obrigação de defender a coletividade curitibana de seus interesses. Não! O Deputado também a tem, qualquer homem eleito pelo povo, a tem. Às vezes, nós não nos dirigimos ao próprio Presidente da República solicitando a interferência, a fineza de nos fornecer informações, de providências do Poder Maior da República, em favor da coletividade? Por que, então, um Deputado não tem o direito de encaminhar ao Prefeito da cidade, um Pedido de Informações? Eu acho que tem este direito e deve fazê-lo, agora, o Prefeito, dentro do seu entendimento decidirá se deve ou não responder a um Pedido de Informações.

Como esta matéria que hoje o nobre Deputado Enéas Faria trouxe ao conhecimento da Casa, é de suma importância, acho que se deve votar o requerimento que é uma oportunidade para o Sr. Prefeito que, por certo, terá argumentos convincentes a defender o ato administrativo que concedeu majoração

tarifária na linha do Boqueirão, porque, realmente, houve a majoração tarifária; embora com o transporte gratuito das linhas alimentadoras, como um pretexto para uma majoração tarifária, que houve, realmente, majoração tarifária.

Mas, é preciso que a Casa saiba e deve, por certo saber, que o Prefeito não é o responsável pelo cálculo e pela aprovação de tarifas, mesmo dentro do Município de Curitiba. Existe um Conselho Municipal de Transportes, que tem a presidência um ilustre representante das Forças Armadas; um Conselho que, até agora, primou pela lisura em seus atos, pela honestidade de seus propósitos. Os estudos que se fazem a respeito de tarifas de transporte coletivo são, até, leoninos para as empresas; são estudos que não dão ao concessionário, ao permissionário aquilo que, realmente, tem direito. Mas, que visa, acima de tudo, defender e preservar a bolsa da população.

Então, nessas condições, eu acho que o Prefeito Saul Raiz deve ter argumentação convincente; deve ter dados que deve, necessariamente, fornecer a esta Casa, porque uma administração sadia não permite nenhuma dúvida com relação a seus atos administrativos. Não será o Prefeito da Capital, que tem uma larga folha de serviços prestados à coletividade paranaense, não só como ex-engenheiro da municipalidade, mas como diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e, hoje, como Prefeito de Curitiba, uma administração que vem, realmente, satisfazendo às necessidades da população, nesse crescimento extraordinário da cidade. Um homem como este, não pode macular a sua administração deixando de responder uma dúvida levantada na mais alta Casa de Leis do Estado, por um digno representante do povo.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que eu voto e a bancada da ARENA, estou autorizado por seu Líder, pelo Sr. Líder do Partido e do Governo, a dizer que a bancada da ARENA acompanhará, o nosso voto, aprovando o requerimento do nobre Deputado Enéas Faria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. — (Pausa). Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para manifestar um agradecimento à bancada da ARENA, pela aprovação que dá a esse requerimento de minha lavra; mas, principalmente para agradecer a defesa do eminente Deputado Erondy Silvério, um homem público com bases em Curitiba e, portanto conhecedor do problema e da questão, a defesa que o eminente Deputado Erondy Silvério faz do requerimento, se não endossando as conclusões, pelo menos, endossando as questões nele levantadas.

Esperamos, agora, com esse atendimento havido, com a aprovação que o próprio Governo empresta a esse requerimento, porque a dúvida é grande; porque a dúvida coloca em xeque a

própria administração municipal de Curitiba, porque isto, Sr. Presidente, quer me parecer que, agora, como disse o eminente Deputado Erondy Silvério, o último lance e o último passo, será a resposta do Sr. Prefeito Municipal que, aliás, é pedido e ensinado no requerimento para que explique as razões porque de maneira inexplicável até agora, nebulosa, até agora, entrega a uma empresa particular essa vultuosa soma, arrancada do povo humilde, do povo simples de um dos mais populosos bairros de Curitiba. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação requerimento do Deputado Enéas Faria. — APROVADO

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de pronunciamento formulado e resposta às indagações feitas. — REJEITADO o requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende e fará a verificação de votação. A Presidência apela aos Srs. Deputados, que tomem seus devidos lugares para possibilitar a conferência dos votos. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados rejeitam. 12 Srs. Deputados aprovam. REJEITADO o requerimento.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados. Recebido ontem o parecer emitido pela Comissão Geral de Orçamento, providenciou a sua publicação em avulsos e anuncia que está distribuindo no gabinete dos Srs. Deputados o referido parecer, publicado em avulso. Por esta razão, a Presidência informa, na sessão de amanhã a Presidência anunciará o Orçamento Geral do Estado que fixa a receita e a despesa para o exercício de 1978, na Ordem do Dia, da próxima quarta-feira, razão pela qual encarece dos Srs. Deputados a leitura ao parecer distribuído.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência registra, com a máxima satisfação, a presença nas Tribunas de Honra, deste plenário, do Dr. Ricardo Jabur. S. Exa. é eminente advogado de Maringá, com escritório de advocacia atendendo toda a região Norte do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.